



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Mila Pereira Campbell

ANÁLISE DAS DINÂMICAS DE CULTIVO DE COCA E DE PRODUÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO DE COCAÍNA NA COLÔMBIA AO LONGO DO PROCESSO DE
PAZ COM AS FARC (2012-2016)

BRASÍLIA

2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Mila Pereira Campbell

ANÁLISE DAS DINÂMICAS DE CULTIVO DE COCA E DE PRODUÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO DE COCAÍNA NA COLÔMBIA AO LONGO DO PROCESSO DE
PAZ COM AS FARC (2012-2016)

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como exigência final à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Costa Vaz

BRASÍLIA

2017

Mila Pereira Campbell

ANÁLISE DAS DINÂMICAS DE CULTIVO DE COCA E DE PRODUÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO DE COCAÍNA NA COLÔMBIA AO LONGO DO PROCESSO DE
PAZ COM AS FARC (2012-2016)

Aprovada em: _____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alcides Costa Vaz – Orientador

Prof. Dr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha - Examinador

Profa. Dra. Manuela Trindade Viana - Examinadora

BRASÍLIA

2017

"A todos que de alguna manera u otra participábamos en el proceso nos embargaba la exuberante sensación de que, después de decenios de violencia en nuestra patria la paz estaba por fin al alcance de la mano. Un soplo de futuro nos arizaba la piel y nos dejábamos arrastrar por la alegría. Nuestras vidas y destinos personales nos parecieron pequeñitos, insignificantes porque los mirábamos desde lo alto de un edificio de cien pisos. Creíamos con ahínco y nos sentíamos dispuestos a mover montañas: teníamos veinte años, éramos bellos y estábamos convencidos de que nunca íbamos a morir"

Laura Restrepo, *Historia de un entusiasmo*, 1995

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Alcides pela tutoria tanto na academia, quanto na vida. Sou eternamente grata, desde as primeiras aulas de IERI, por ter me apresentado tão magicamente ao estudo das Relações Internacionais, brincando de comparar relógios com nuvens e imaginando cenários. Mais ainda, agradeço pela porta sempre aberta, pelas conversas e orientações, que seguramente fizeram e continuarão a fazer a diferença no meu caminho.

Aos professores e pesquisadores com os quais tive contato nestes cinco anos de graduação. Na Universidade de Brasília, em especial, à Prof. Maria Helena de Castro Santos, pelas orientações dadas no PIBIC, e ao Sebastián Granda Henao, pelas conversas sempre esclarecedoras sobre o contexto colombiano. Na Universidad de Los Andes, às Professoras Laura Wills e Ingrid Bolívar, pelas provocantes discussões em sala de aula sobre política colombiana e conflito armado, e à Professora Angelika Rettberg, pela referência que é como acadêmica dedicada aos Estudos da Paz.

Aos amigos de Brasília, com os quais compartilhei e aprendi lições, por serem a força que impulsiona meu crescimento no dia a dia frenético de estudos. Especialmente à Raquel Bennet, Bruno Rissi, Débora Hanna e Wladimir Santana, muito obrigada por estarem comigo neste projeto que seria meu primeiro desabrochar nos Estudos da Paz: o 18º AMUN. À família PET-REL, pelo crescimento acadêmico e pessoal conjunto que tivemos. Guardo vocês no meu coração.

Aos demais amigos que acompanharam minha pesquisa e me auxiliaram nos momentos finais desta monografia, tudo isso não seria possível sem vocês. À Isabela Ottoni, Julia Roverly, Bernardo Menescal e Sergio Dorfler, fica aqui meu muito obrigada e minha disponibilidade a ajudá-los com o que for preciso.

Aos meus pais, pelo constante apoio e incentivo, pelas boas energias e pelo amor incondicional que, mesmo de longe, sinto a cada segundo vindo de vocês. Agradeço todas as oportunidades conquistadas, fruto do esforço de vocês para prover o que há de melhor para mim. Essa vitória é de vocês.

RESUMO

Tomando como base o recém-firmado “Acordo Final para a Terminação do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura”, o presente trabalho busca compreender de que forma se deu a atualização do enfoque da política pública colombiana para a questão das drogas, desenvolvida ao longo do Processo de Paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) entre 2012 e 2016. O objetivo é observar o grau de implementação dessas políticas e analisar seus possíveis impactos nas dinâmicas de cultivo de coca e de produção e comercialização da cocaína ao longo dos anos de negociação. Após análise de conteúdo das políticas governamentais e de dados relacionados à cadeia da droga, argumenta-se que as novas dinâmicas do narcotráfico na Colômbia respondem mais às alterações nas estruturas do crime organizado, do que a políticas implementadas ao longo do marco do Processo de Paz.

Palavras-chave: 1- Colômbia, 2- Narcotráfico, 3- Processo de Paz, 4- Políticas de combate ao narcotráfico.

ABSTRACT

Considering the recently signed “Final Agreement to End the Armed Conflict and Build a Stable and Lasting Peace”, the present work aims to comprehend the ways in which drug-related public policies of Colombia were improved during the 2012-2016 Peace Process with the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC, in Spanish). The purpose is to observe the implementation level of such policies and to analyze their possible impacts in the dynamics of coca cultivation and cocaine production and trade during the negotiation years. Following the analysis of governmental policies and data regarding the drug supply chain, the argument is that the new dynamics of drug-trafficking in Colombia respond more to changes in organized crime structures than to the drug policies implemented throughout the Peace Process.

Key words: 1- Colombia, 2- Drug-trafficking, 3- Peace Process, 4- Drug-trafficking policies

RESUMEN

Tomando como base el recién-firmado “Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera”, el presente trabajo busca comprender de qué manera se dio la actualización del enfoque de la política pública colombiana para la cuestión de las drogas, desarrollada a lo largo do Proceso de Paz con las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) entre 2012 y 2016. El objetivo es observar el grado de implementación de dichas políticas y analizar sus posibles impactos en las dinámicas de cultivo de coca e de producción y comercialización de cocaína en los años de negociación. Después de analizar el contenido de las políticas gubernamentales y los datos relacionados a la cadena de la droga, el argumento es que las nuevas dinámicas del narcotráfico en Colombia responden más a cambios en las estructuras del crimen organizado, que a las políticas implementadas en el marco del Proceso de Paz.

Palabras clave: 1- Colombia, 2- Narcotráfico, 3- Proceso de Paz, 4- Políticas de combate al narcotráfico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PAZ COM AS FARC (2012-2016)	12
1.1. A política antinarcóticos colombiana (ou colombo-americana): para combater a guerrilha é preciso combater o tráfico de drogas	12
<i>1.1.1. Primeira etapa (1995-1998): evitar que a Colômbia se torne uma “narcodemocracia”</i>	12
<i>1.1.2. Segunda etapa (1999-2001): “una paz negociada o una guerra abierta”</i>	13
<i>1.1.3. Terceira etapa (2002-2007): a luta contra o “narcoterrorismo”</i>	13
<i>1.1.4. O fim do governo Uribe: superação da dependência americana?</i>	15
1.2. As transformações dos grupos criminosos ligados ao tráfico de drogas	16
2. O PROCESSO DE PAZ COM AS FARC (2012-2016) E A POLÍTICA DE DROGAS COLOMBIANA: COEXISTÊNCIA ENTRE O ENFOQUE INTEGRAL E A REPRESSÃO AO NARCOTRÁFICO	18
2.1. Programa de Substituição de Cultivos de Uso Ilícito	24
<i>2.1.1. O ponto 4.1 do Acordo e as políticas de substituição de cultivos</i>	30
<i>2.1.2. Obstáculos e desafios à implementação das políticas de substituição de cultivos de uso ilícito</i>	30
<i>2.1.3. As dinâmicas do narcotráfico analisadas à luz das políticas de substituição de cultivos</i>	32
2.2. Solução ao Fenômeno de Produção e Comercialização de Narcóticos	38
<i>2.2.1. O ponto 4.3 do Acordo e as políticas de combate à produção e comercialização de cocaína</i>	42
<i>2.2.2. Obstáculos e desafios à implementação das políticas de combate à produção e comercialização de cocaína</i>	42
<i>2.2.3. As dinâmicas do narcotráfico analisadas à luz das políticas de combate à produção e comercialização de cocaína</i>	45
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS, CENÁRIOS E PERSPECTIVAS	49
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

INTRODUÇÃO

A assinatura do “Acordo Final para a Terminação do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura” em 26 de novembro de 2016 marcou uma nova fase na relação entre o Estado colombiano, a sociedade e a principal guerrilha do país: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Depois de 4 anos de negociações, um plebiscito com a vitória do “não” ao rascunho do Acordo e a insistente oposição de setores conservadores da política colombiana, o Acordo entrou por fim em vigor.

Considerado hoje um modelo para o mundo, o Processo de Paz, que se estendeu de 2012 a 2016, inovou na inserção das vítimas do conflito nas negociações e na incorporação do enfoque de gênero no delineamento das políticas. O Acordo reconhece o direito das vítimas à verdade, à justiça, à reparação e à não repetição. Para as populações rurais afetadas pelo conflito, são encaminhados projetos de reforma rural e de desenvolvimento alternativo.

O Processo de Paz representa, portanto, um momento de transição de uma abordagem altamente repressiva ao conflito colombiano, para uma abordagem mista, ainda securitizada, mas interessada também na resolução de desafios estruturais que interferem na dinâmica do conflito. Dentre esses desafios, a questão do narcotráfico é de especial atenção no texto do Acordo, o qual passa a afirmar que:

[e]l conflicto interno en Colombia tiene una larga historia de varias décadas que antecede y tiene causas ajenas a la aparición de los cultivos de uso ilícito de gran escala, y a la producción y comercialización de drogas ilícitas en el territorio (ACUERDO FINAL PARA LA TERMINACIÓN DEL CONFLICTO Y LA CONSTRUCCIÓN DE UNA PAZ ESTABLE Y DURADERA, 2016, p. 98)

A relação entre conflito armado e narcotráfico, estigmatizada por muitos anos de “guerra às drogas” através de uma interpretação de “causa imanente”, é reconhecida no Acordo de Paz como “causa eficiente” do conflito, ou seja, um fenômeno que explica o prolongamento temporal e a intensificação do conflito, mas que por sua própria existência não leva ao surgimento da guerrilha (ROJAS, 2006).

Tendo isso em mente, o objetivo deste trabalho será analisar o que o Processo de Paz, entendido como momento de transição, trouxe como um novo enfoque da política pública colombiana para a questão das drogas e como essas políticas implementadas no período de 2012 a 2016 impactaram as dinâmicas de cultivo de coca e de produção e comercialização da cocaína. Com isso, o recorte dá-se a nível de política doméstica voltada à redução da oferta da droga, levando em consideração que o Acordo considera como fator que impulsiona a existência dos cultivos de uso ilícito não o aumento ou redução da demanda da droga, mas os desafios sociais e estruturais internos: “*condiciones de pobreza, marginalidad, débil presencia institucional, además de la existencia de organizaciones criminales dedicadas al narcotráfico*” (ACUERDO..., 2016, p. 98).

Para a pesquisa, foram utilizadas leituras de textos acadêmicos e jornalísticos, bem como a análise secundária de dados encontrados principalmente nos relatórios “*Colombia: Monitoreo de territorios afectados por cultivos ilícitos 2016*”, organizado pelo Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC, na sigla em inglês); e “*Reporte de Drogas de Colombia 2016*”, do Observatório de Drogas da Colômbia (ODC).

Com relação aos dados recolhidos, é importante ressaltar que, por ser um mercado ilícito, a coleta dos dados referentes ao tráfico da droga sempre estará muito abaixo do que realmente o mercado representa. Os mecanismos para a coleta são variados: vão desde informações sobre apreensões de precursores, insumos ou cocaína, à medição da densidade foliar das plantações de coca. Além das próprias dificuldades no levantamento desses dados, é importante também observar que as metodologias utilizadas pelos diferentes centros de pesquisa e organizações para a compilação e cruzamento desses dados variam muito. Pequenas diferenças nas metodologias podem alterar significativamente os dados apresentados, gerando divergências nos resultados apresentados por diferentes grupos, por exemplo. Observa-se, no entanto, que mesmo que em números absolutos haja divergências, as tendências de aumento ou redução permanecem semelhantes (GRANADA; RESTREPO; VARGAS, 2009).

O trabalho está dividido em três seções. Na primeira, serão discutidos os antecedentes do Processo de Paz com as FARC, tanto no que concerne à política estatal antinarcóticos quanto no que diz respeito à estrutura dos grupos envolvidos na cadeia do narcotráfico, com o objetivo de

traçar a evolução e fazer um balanço desses fatores. A segunda seção, por sua vez, irá analisar políticas dispostas no Acordo de Paz, mas que já vinham sendo implementadas no período 2012-2016, e quais os reflexos delas nas dinâmicas do narcotráfico correspondentes. A última seção, de considerações finais, faz um balanço da análise e traça possíveis cenários para os próximos anos de implementação efetiva do Acordo de Paz.

1. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PAZ COM AS FARC (2012-2016)

Para entender o momento em que a Colômbia se encontrava ao início do Processo de Paz, é preciso também compreender quais foram os passos anteriores dados pelo Estado na execução de políticas de combate à guerrilha e de combate ao narcotráfico. Além disso, a análise se frutifica através da observação das mudanças sofridas na própria estrutura e organização dos grupos de crime organizado envolvidos na produção e tráfico de cocaína. Serão esses os pontos discutidos nesta seção.

1.1. A política antinarcóticos colombiana (ou colombo-americana): para combater a guerrilha é preciso combater o tráfico de drogas

Ao longo da história do conflito armado colombiano, é recorrente a associação entre a guerrilha e o tráfico de drogas. Nesta seção iremos explorar a política antinarcóticos colombiana no período anterior ao Processo de Paz com as FARC, buscando entender sua evolução desde um discurso de relação causal entre narcotráfico e guerrilha até o entendimento do atual Acordo de Paz, que enxerga o narcotráfico como fator catalisador do conflito armado.

Em um primeiro momento, é preciso entender que a política antinarcóticos da Colômbia se manteve por muitas décadas à mercê dos interesses norte-americanos de redução da oferta colombiana como forma de reduzir a demanda da cocaína nos Estados Unidos (EUA). Em contrapartida, a partir desse discurso, o lado colombiano se aproveitou da oportunidade para avançar também seus interesses no financiamento estadunidense e no treinamento e aperfeiçoamento de suas Forças Armadas para a luta contrainsurgente e antinarcóticos (antiterrorista). Por essas características, o relacionamento bilateral entre Colômbia e Estados

Unidos foi marcado, portanto, por um tipo de envolvimento chamado “intervenção por convite” (TICKNER, 2007).

Para guiar o percurso histórico da seção, será usada como base a divisão feita por Rojas (2006) para caracterizar os diferentes momentos da estratégia norte-americana para a Colômbia: a primeira etapa, de 1995 a 1998, representa um primeiro momento de luta contra a “narcodemocracia”; a segunda etapa, de 1999 a 2001, delimita o momento de impasse do governo colombiano entre “uma paz negociada ou uma guerra aberta” contra a guerrilha; por fim, a terceira etapa, a partir de 2002, retrata a luta contra o chamado “narcoterrorismo”. Dada a influência dos EUA na política colombiana nesse período, é plausível o uso dessas etapas como guias temporais para o estudo das mudanças nas políticas antinarcóticos na Colômbia.

1.1.1. Primeira etapa (1995-1998): evitar que a Colômbia se torne uma “narcodemocracia”

Nessa primeira etapa, vários fatores se relacionam: o aumento em 50% dos cultivos de coca entre 1994-1996, a intensificação da percepção de ameaça da droga para os EUA e a crise política do governo de Ernesto Samper (1994-1998). Nesse período, portanto, a guerra contra as drogas se tornou prioridade na relação bilateral EUA-Colômbia e traçou os seguintes objetivos: destruir as organizações narcotraficantes, reforçar a erradicação de cultivos de uso ilícito e as apreensões, e fortalecer as instituições colombianas (ROJAS, 2006).

A crise política do governo Samper mostrou ao mundo e aos colombianos o perigo de a Colômbia se tornar uma “narcodemocracia”. O caso de financiamento eleitoral do narcotráfico à campanha de Samper à presidência permitiu vislumbrar o alto grau de interseção entre o tráfico de drogas e as atividades do Estado. Os olhos atentos de Washington quanto ao perigo à estabilidade democrática na Colômbia aumentaram sua intolerância a um governo que consideravam corrupto e a favor dos interesses dos narcotraficantes (ROJAS, 2006).

1.1.2. Segunda etapa (1999-2001): “una paz negociada o una guerra abierta”

Com a entrada de Pastrana no poder em 1998, a esperança de superação da crise política colombiana recaiu na proposta do presidente de avançar diálogos de paz com as FARC. Para cumprir essa proposta, a estratégia escolhida foi a de internacionalização da paz para acabar com

a guerra. A internacionalização da paz significava a internacionalização também política e militar do conflito, necessária no momento para o aumento das capacidades do Estado colombiano de fazer frente à guerrilha e convencê-la a substituir a luta armada pelo diálogo (GÚZMAN, 2012; VIANA, 2016).

Para cumprir tal propósito de internacionalização, o Plano Colômbia, lançado por Pastrana ao final de 1998 para auxiliar o combate à guerrilha, torna-se um programa central para a estratégia norte-americana de redução da oferta de drogas proveniente da Colômbia. Ocorre, portanto, uma convergência de agendas na relação bilateral entre os dois países: enquanto a Colômbia buscava fazer frente à guerrilha, os EUA buscavam eliminar o narcotráfico. Como bem explica Viana (2016),

a transição da ajuda estadunidense à Colômbia ocorreu mais sob a forma de uma transposição da estratégia antidrogas com a luta contrainsurgente do que de uma nova formulação política propriamente dita. Dito de outra forma, da securitização das drogas passou-se à narcotização da abordagem para o conflito armado colombiano (VIANA, 2016, p. 171).

É nesse momento que a ideia de narcoguerrilha começa a surgir, reforçando o discurso de que, para combater a guerrilha, é preciso combater o tráfico de drogas. Num primeiro momento, o Plano Colômbia começa a ser implementado nas áreas de controle das FARC, nos departamentos de Putumayo e Caquetá, localizados na fronteira com o Equador, onde se concentrava a metade do total de cultivos do país (ROJAS, 2006). Ele incorpora as estratégias antinarcóticos já existentes e aumenta a repressão militar através da criação de Batalhões Antinarcóticos no Exército colombiano e da coordenação com as demais Forças para suporte tático e de inteligência.

Contudo, apesar de todos os esforços do governo colombiano, foi só em 2000 que o Congresso norte-americano aprovou a primeira ajuda dos EUA ao Plano Colômbia. Nesse ínterim, a guerrilha continuava a aumentar suas capacidades, levando a crises política, econômica e de segurança na metade do governo Pastrana. A debilidade do Estado colombiano em dissuadir a guerrilha com uma “guerra aberta” levou também às ruínas a opção de “paz negociada”. Terminado em 2002 após o seqüestro de um avião comercial pelas FARC, o processo de paz de

Caguán não teve resultados concretos (GÚZMAN, 2012). Assim, a internacionalização militar para reduzir a debilidade do Estado colombiano frente à guerrilha e forçar uma negociação de paz não foi efetiva, já que as FARC ainda se mantiveram fortalecidas e, ainda mais, renovaram sua ameaça de urbanização do conflito armado (VIANA, 2016).

1.1.3. Terceira etapa (2002-2007¹): a luta contra o “narcoterrorismo”

O discurso da cooperação estadunidense no marco do Plano Colômbia passou, no ano de 2002, por novas mudanças derivadas dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. O vínculo entre drogas e guerrilha passou a ser considerado parte do combate ao terrorismo, sob a alcunha “narcoterrorismo”. Assim, “[e]n agosto de 2002, el presidente Bush autorizó el empleo de la ayuda y los equipos entregados a través del Plan Colombia para combatir no sólo el tráfico ilícito de drogas, sino también para adelantar operaciones antiterroristas o contrainsurgentes” (ROJAS, 2006, p.30).

O governo colombiano, agora sob o comando de Uribe, não hesitou em subscrever o conflito como ameaça terrorista global, objetivando o estreitamento das relações com os EUA e o aumento de financiamento através do Plano Colômbia. Desde sua campanha eleitoral, Uribe já se utilizava do discurso de desideologização das FARC, ao argumentar que o grupo não possuía agenda política, não contava com ajuda popular e que desferia ataques a civis na luta contra um Estado legítimo (GÚZMAN, 2012). Assim, a reinterpretação do conflito armado para considerá-lo uma ameaça terrorista foi feita de forma estratégica por Uribe, enquanto mantinha a resposta militar repressiva à guerrilha, agora também “narcoterrorista” (GÚZMAN, 2012; ROJAS, 2006).

Em complemento às ações do Plano Colômbia e para concretizar a abordagem militarizada ao conflito na política colombiana, Uribe lançou como plano de governo a Política de Segurança Democrática (PSD), “uma estratégia de longo prazo com a perspectiva de dar fim ao conflito através do combate aberto, a erradicação intensiva dos cultivos ilícitos e o reforço da segurança da infraestrutura” (GRANDA HENAO, 2015, p. 8). Na tentativa de manter o controle

¹ O texto de Rojas data de 2006, momento em que o Plano Colômbia ainda não mostrava sinais de esgotamento e, por esse motivo, a autora não define ano final para a terceira etapa do relacionamento EUA-Colômbia. Atualmente, observando os desdobramentos do Plano Colômbia, optou-se, neste trabalho, pela demarcação do fim da terceira etapa com o ano de 2007 por conta do marco de redução dos financiamentos norte-americanos ao Plano nesse mesmo ano.

estatal sobre o território, a PSD justificava sua estratégia militarizada sob o discurso de ser a favor da proteção da população civil.

Essa nova fase da política de segurança colombiana esteve também associada a um “período de acomodação” dos grupos no conflito armado e a uma transformação nas dinâmicas de violência no país (GRANADA; RESTREPO; VARGAS, 2009). A partir de 2004, com a criação do Plano Patriota², a intensificação da campanha antiterrorista em detrimento da luta contra as drogas, também passa a interferir nessa nova dinâmica. Quanto maior a repressão estatal, maior passam a ser as revanches dos grupos armados através da violência.

Os sinais de esgotamento da luta antiterrorista norte-americana começaram a ser sentidos em 2007, com a aprovação do Plano Colômbia II que, em comparação com a primeira versão, sofreu grande redução do investimento americano devido a pressões da maioria democrata no Congresso. Acompanhada de uma gradual redução da associação entre guerrilha e terrorismo, a ajuda decrescente dos EUA teve de ser compensada por esforços de nacionalização dos gastos do Plano para as mãos do Estado colombiano, caso Uribe ainda quisesse manter a proposta militarizada da PSD. Entretanto, nesse novo cenário estratégico, até mesmo a PSD sofreu alterações: o então Ministro da Defesa, Juan Manuel Santos, estruturou a Política de Consolidação da Segurança Democrática, agora com ênfase não mais na eliminação das FARC, mas sim em sua desestruturação (GRANADA; RESTREPO; VARGAS, 2009).

1.1.4. O fim do governo Uribe: superação da dependência americana?

Apesar das diversas críticas à excessiva militarização da PSD e do Plano Colômbia no governo Uribe, a política contrainsurgente teve resultados positivos no combate à guerrilha:

[l]as FARC fueron expulsadas de los departamentos centrales de la región Andina y perdieron su presencia urbana, así como el control de corredores estratégicos, viéndose forzadas a replegarse a escondites en zonas rurales cada vez más remotas. Más de 12.000 de sus miembros fueron dados de baja por las

² “En marzo de 2004, ya se hablaba en Colombia del Plan Patriota, una redefinición del Plan Colombia con ya casi ningún énfasis en la lucha contra las drogas y centrado en una denominada campaña antiterrorista cuyo objetivo fundamental era atacar directamente los enclaves guerrilleros en el sur de Colombia y SUS bases de apoyo, a través de ofensivas militares y planes sociales” (GÚZMAN, 2012, p. 102).

fuerzas de seguridad entre 2002 y mayo de 2009; otros 12.000 fueron capturados entre 2003 y 2009; y más de 17.000 se desmovilizaron entre 2002 y agosto de 2012. El número de combatientes se redujo a unos 9.000 en 2012. En consecuencia, el número de municipios expuestos a operaciones militares ofensivas de las FARC disminuyó de 377 (que venían de ser 1.100) en 2002 a 142 en 2010” (International Crisis Group [ICG], 2012, p. 3)

Entretanto, é preciso avaliar com cautela o argumento de que a política de segurança de Uribe teve sucesso na garantia de segurança para a população colombiana, já que há uma migração da luta contrainsurgente para as áreas mais marginalizadas do país e não necessariamente uma redução da violência. A guerrilha viu no seu deslocamento para áreas rurais isoladas e zonas de fronteira a possibilidade de reequipar-se e de expandir sua atuação em negócios ilícitos (ICG, 2012). Assim, defender o sucesso da PSD revela uma interpretação essencialmente urbana e elitista dos benefícios da política uribista.

Especificamente sobre a política antinarcóticos, o balanço ao final do governo Uribe é de simplificação do combate ao narcotráfico e descaso na forma em que os objetivos sociais e políticos foram avançados nessa agenda. Com poucas iniciativas de desenvolvimento alternativo sendo implementadas nas regiões de cultivo da folha de coca, a campanha antinarcóticos colombiana sustentou-se na aspersão aérea e no desmantelamento dos grupos ligados ao narcotráfico. A intensidade da repressão e da violência proveniente do Estado nessas áreas gerou o risco de rechaço do apoio da população ao Estado, gerando um vazio institucional que poderia ser substituído pelo controle da guerrilha e de grupos ligados ao mercado da droga (ROJAS, 2006).

Sendo assim, surgem ao fim do governo Uribe duas interpretações quanto ao conflito colombiano. Um grupo, mais ligado à administração pública, acreditava que os resultados da PSD e do Plano Colômbia haviam sido suficientes para colocar a Colômbia no caminho para o término do conflito. Já o outro grupo, principalmente de analistas e acadêmicos, acreditava que as FARC e demais grupos armados possuíam capacidade de adaptação suficiente para ainda continuar com o conflito, o que demandaria adaptação também do Estado colombiano para a elaboração de estratégias políticas mais amplas que pudessem acompanhar essas novas

tendências e seguir para o fim do conflito (GRANADA; RESTREPO; VARGAS, 2009). Logo, a pergunta que será debatida ao longo do trabalho será a seguinte: como o governo Santos e o novo Processo de Paz com as FARC responderam a isso?

1.2. As transformações dos grupos criminosos ligados ao tráfico de drogas

Como discutido anteriormente, o tráfico de drogas é visto como uma atividade que permeou o conflito armado na Colômbia, principalmente a partir da década de 80, e que nos anos 2000 seria apresentado como justificativa para a intromissão norte-americana na política colombiana. A falsa relação causal entre o narcotráfico e a atuação das FARC construída pelos EUA pode ser desmentida ao se analisar mais atentamente os demais atores envolvidos na cadeia do tráfico de drogas. Nesse sentido, a presente seção busca entender as transformações na dinâmica de atuação dos principais atores da cadeia da droga, bem como levantar questionamentos quanto a sua caracterização atual. Os resultados dessa reflexão servirão de base para as análises sobre as dinâmicas de produção e comercialização de cocaína desenvolvidas na sessão seguinte.

Os primeiros grupos colombianos ligados ao tráfico de cocaína começaram a surgir no país na década de 80, nas figuras dos famosos e lucrativos cartéis de Cali e Medellín. As estruturas grandiosas desses cartéis funcionavam através de hierarquia rígida e mantinham o controle de todas as etapas do mercado ilícito: desde a produção de pasta base até a venda da cocaína em solo estadunidense (MCDERMOTT, 2014). Aproveitando-se dessa estrutura de comando, o Estado colombiano traçou como estratégia de desmantelamento desses cartéis a captura de seus líderes: Pablo Escobar, de Medellín, e os irmãos Rodríguez Orejuela, de Cali. Foram diversas as investidas até que, na metade dos anos 90, ambos os cartéis viram o triunfo do Estado colombiano sobre seus líderes, com a morte de Escobar e a prisão dos Orejuela.

A partir do final dos anos 90, surge então a segunda geração de cartéis colombianos, já influenciados pelo aumento da repressão governamental - que culmina em 1998 com a criação do Plano Colômbia - e por maior demanda no mercado internacional de cocaína. O processo anterior de desmantelamento dos grandes cartéis fez com que suas lideranças intermediárias passassem a comandar setores e regiões da produção e mercado da cocaína deixados sem comando.

Consequentemente, para que os novos cartéis pudessem manter controle de cada elo da cadeia, esse primeiro momento de pulverização dos grupos de tráfico gerou a especialização de grupos em certas fases da produção e também a tendência de formação de alianças com grupos menores, chamados de “pequenos cartéis” ou “cartéis bebê” (MCDERMOTT, 2014; WOODY, 2017).

Dentre os grupos que se formaram estão o cartel Norte Del Valle e as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). O Norte Del Valle teve como integrantes os antigos membros do Cartel de Cali. Já as AUC tiveram, além de ex-membros do Cartel de Medellín, o ingresso de paramilitares, anteriormente convocados pelo antigo Cartel de Medellín para proteger as plantações e laboratórios da ameaça de outros grupos armados, como as FARC. Com o crescimento do mercado ilícito, no início dos anos 2000 muitas frentes desses novos cartéis passaram a atuar também em outras atividades criminais, como roubo, extorsão e sequestros (WOODY, 2017).

Nessa época, o Plano Colômbia já estava surtindo efeitos nas capacidades dos grupos armados através da presença repressiva do Estado colombiano. Como mencionado na seção anterior, houve aumento do financiamento americano ao Plano, o que significou maior poder de fogo à Força Pública para enfrentar as ameaças da guerrilha, da droga e do terrorismo. Paralelamente a isso, o governo Uribe iniciou em 2006 um improvisado processo de desmobilização de mais de 30 mil componentes das AUC, que acabou pecando na criação de políticas de longo prazo para os desmobilizados e não os reintegrou à vida civil (BUTRAGO, 2011).

Como resultado desses processos, as falecidas AUC e demais grupos ligados ao narcotráfico tiveram mais uma vez a oportunidade e a necessidade de se descentralizar, buscando rearranjar seus comandos e retomar ou manter o controle de sua parte na cadeia de produção da cocaína (ICG, 2012). Passa-se então para a terceira geração do narcotráfico colombiano, na qual ainda estamos inseridos hoje.

Na terceira geração, as chamadas Bandas Criminais (BACRIM) passaram a representar o principal desafio ao Estado colombiano no combate ao narcotráfico. A denominação BACRIM foi cunhada por Uribe em 2006 na tentativa de diferenciar do anterior “paramilitarismo narcotraficante” as organizações de crime organizado geradas na pós-desmobilização das AUC

(MCDERMOTT, 2014). Posteriormente, em 2011, a Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade (PISDP) do governo Santos, diz que:

[l]as Bacrim son estructuras delincuenciales nacionalmente desarticuladas, con un alto poder corruptor, intimidador y armado que han combinado la producción y comercialización de drogas con la afectación violenta de los derechos y las libertades de los ciudadanos en ciertas zonas rurales y en la periferia de algunos centros urbanos del país (COLÔMBIA, 2011, p.17)

As definições de BACRIM, contudo, ainda variam muito pela própria dinâmica descentralizada desses grupos, o que dificulta o entendimento de seus entrelaços. Para Prieto (2013), há consenso com relação a somente duas características das BACRIM: “*[l]a ausencia de una razón de ser contrainsurgente o de cualquier objetivo político que justifique su accionar; y su esencia criminal apuntalada en la expansión del narcotráfico y de otros mercados ilegales mediante el uso selectivo de violencia*” (PRIETO, 2013, p.3).

Por um lado, similarmente aos grupos narcotraficantes de segunda geração, as BACRIM atuam na fase intermediária da cadeia do narcotráfico, nas seguintes atividades: compra de pasta base, refinamento do cloridrato de cocaína, envio da droga aos países de trânsito, e controle do microtráfico interno (PRIETO, 2013). Por outro lado, diferentemente da segunda geração, as BACRIM obtém hoje menos da metade dos lucros com o narcotráfico. Isso ocorre pois, por terem se tornado somente parte integrante da cadeia do narcotráfico internacional, as BACRIM acabam por favorecer grupos narcotraficantes de países de trânsito³ como o México. Em consequência, para compensar a redução dos lucros com o negócio da droga, passam a atuar complementarmente em outras atividades ilegais⁴ (MCDERMOTT, 2014).

Em 2006, logo após a desmobilização das AUC, as autoridades colombianas identificaram 33 BACRIM, com um total de 4 mil componentes, espalhadas por 110 municípios do país (MCDERMOTT, 2014). Já em 2010, após a reorganização dos grupos no sistema de franquias, a

³ Países de trânsito são países localizados no caminho intermediário do tráfico internacional da cocaína até seus países de destino. No país de trânsito, é comum haver algum tipo de refinamento da cocaína pelas organizações criminosas locais, como forma de garantir seus lucros dentro do mercado ilícito.

⁴ Dentre as atividades mais comuns, estão: extorsão, mineração ilegal de ouro, microtráfico, jogos de azar, contrabando e tráfico de pessoas (MCDERMOTT, 2014).

Polícia Nacional passou a contabilizar 6 BACRIM compostas por 2580 membros e operantes em 159 municípios de 18 departamentos diferentes: Ejército Revolucionario Popular (Llanos Orientales), Los Rastrojos (Valle, Antioquia, Cesar e Nariño), Banda Criminal Urabá (Costa Atlántica), Banda Criminal Renacer (Chocó), Los Machos (Valle del Cauca), Los Paisas (Antioquia, Bolívar, Sucre e Guajira) (ICG, 2012).

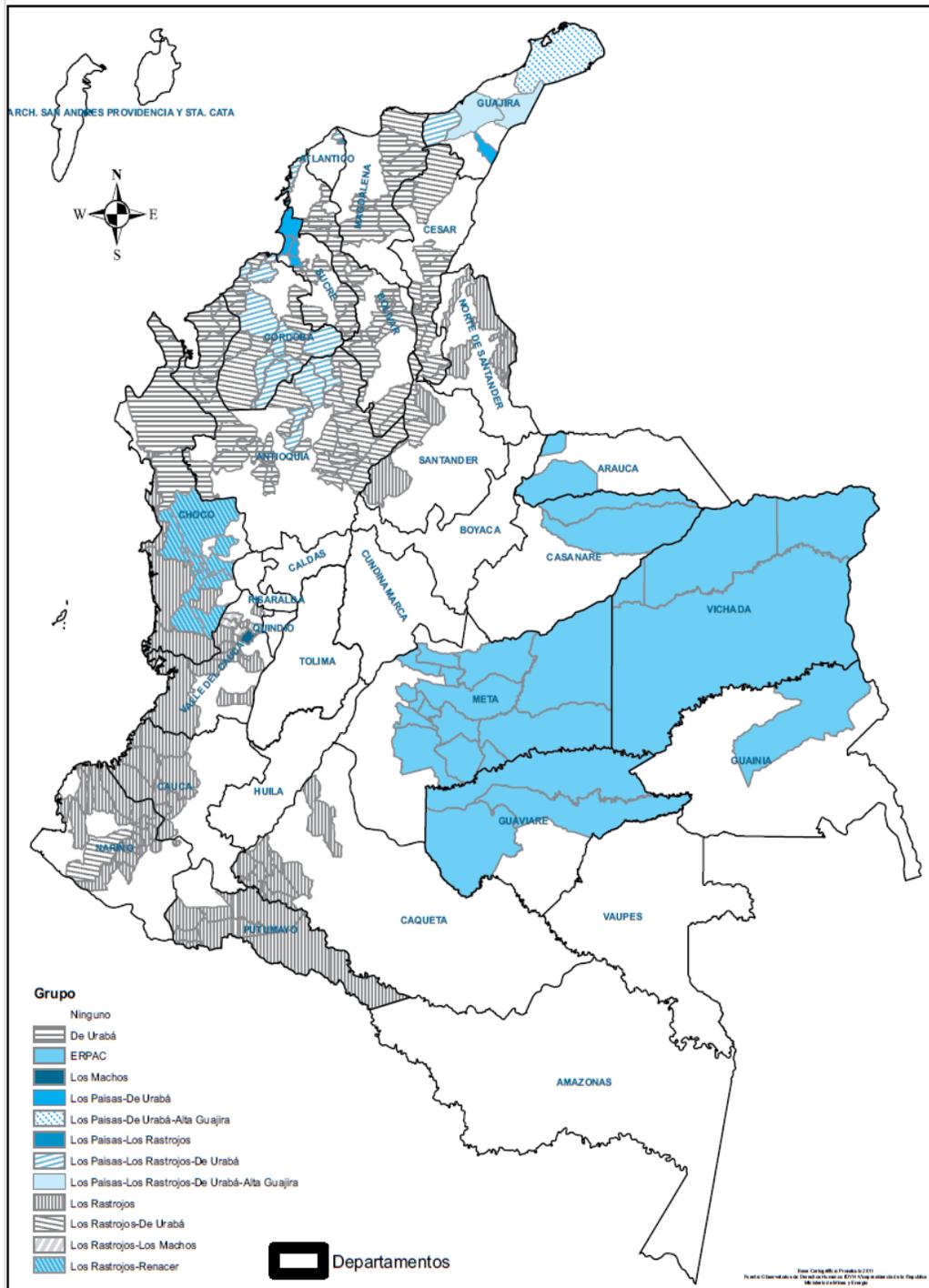
Esse novo arranjo dos grupos em um sistema de franquias significou uma nova estrutura na cadeia do narcotráfico, na qual a cúpula das BACRIM decide pela subcontratação da mão-de-obra de outros grupos criminais, locais ou estrangeiros, menores e especializados em certas atividades (MCDERMOTT, 2014). As franquias abrem espaço também para acordos entre as BACRIM para determinar sua área de influência, já que confrontamentos entre elas seriam prejudiciais para a própria cadeia do tráfico. Como bem exemplifica Prieto (2013),

[r]especto a la distribución geográfica, a principios de 2012 se conoció ampliamente el presunto acuerdo entre las dos principales bandas criminales, Rastrojos y Urabeños, de acuerdo con el cual se repartirían el territorio nacional: mientras estos asegurarían una buena parte de la zona norte del país, desde Antioquia hasta La Guajira, cubriendo departamentos como Córdoba, Sucre, Bolívar, Atlántico y parte de la región del Magdalena medio, los Rastrojos ratificarían su control sobre la costa pacífica desde Antioquia hasta Nariño, pasando por los departamentos del Cauca, Valle del Cauca y Chocó, además de Putumayo; territorios como La Guajira y el norte del Cesar así como los Llanos orientales se identificaban como zonas en disputa sobre las cuales no habría habido acuerdo. Empero, el mapa actual de presencia de estos grupos en el territorio nacional parece ser mucho más complejo, principalmente por la consolidación territorial de los 'Urabeños' y la expansión de los Rastrojos en El norte (costa Caribe) y oriente del país (santanderes y Llanos orientales), además de la posible negociación de franquicias y disputa de zonas tras la captura de los principales mandos de estas organizaciones, como parece ser el caso de Tumaco, cedido en teoría a los Urabeños luego de la entrega de los Comba⁵ (PRIETO, 2013, p.4).

⁵ Os “Comba” são os líderes da banda “Los Rastrojos”: Javier Antonio e Luis Enrique.

O mapa abaixo ilustra essa dinâmica na divisão territorial das BACRIM colombianas:

Mapa 1 - Presença de BACRIM (2007-2011)

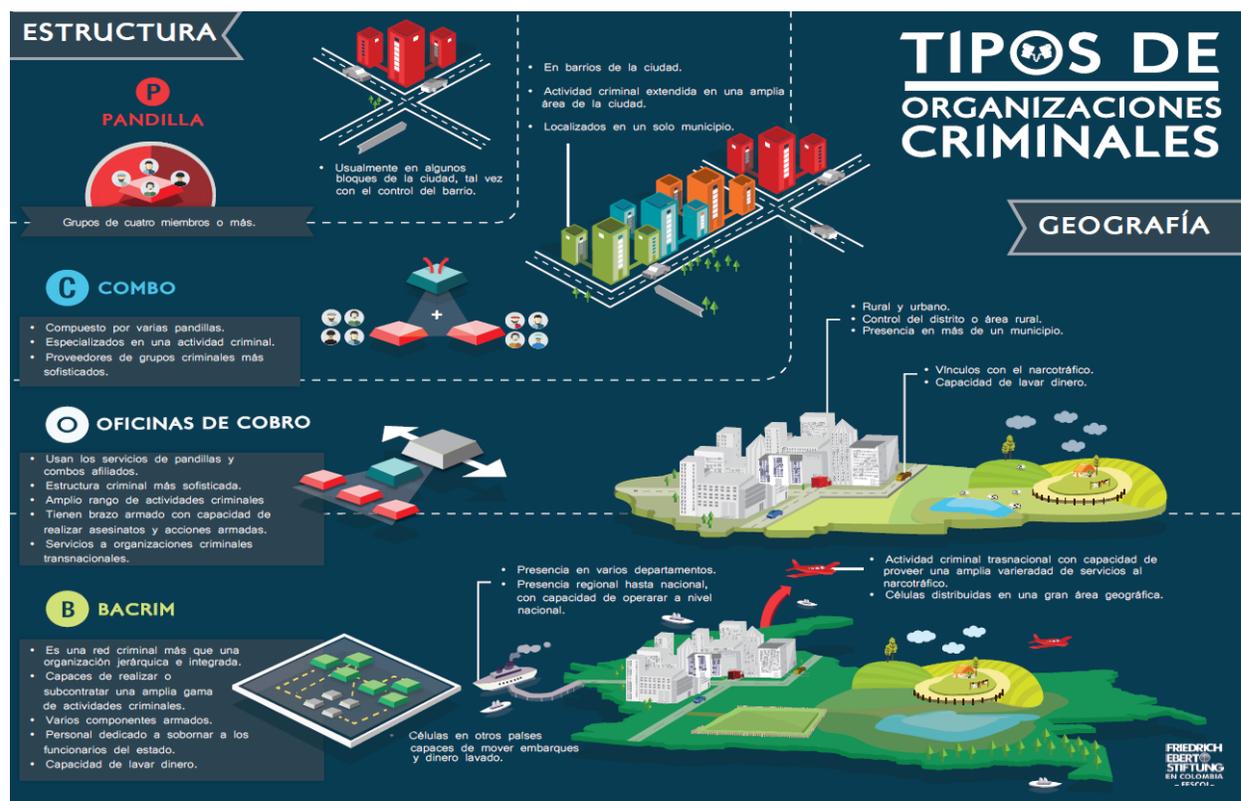


Fonte: PRIETO (2013, p.5)

Com relação à estrutura interna do sistema de franquias, as BACRIM se dividem em células base chamadas “oficinas de cobro”, consideradas atualmente a unidade fundamental do crime organizado colombiano. As “oficinas de cobro” possuem inspiração na estrutura estabelecida por Pablo Escobar no Cartel de Medellín para o controle de dívidas de traficantes e contratação de mercenários. Com a transição para a segunda geração de grupos narcotraficantes, esse modelo foi gradualmente exportado para as principais zonas de cultivo e para os principais centros urbanos do país. Agora, com o comando das BACRIM na terceira geração, as “oficinas de cobro” passam a atuar nas subcontratações e a diversificar seu contato com outras atividades criminais (MCDERMOTT, 2014).

O esquema abaixo mostra as relações entre as BACRIM, suas “oficinas de cobro” e os grupos subcontratados para controlar os mercados criminais locais:

Figura 1 - Tipos de organizações criminosas: estrutura e geografia



Fonte: MCDERMOTT (2014, p.6)

Dessa forma, a terceira geração do narcotráfico e do crime organizado na Colômbia passou por um processo de diversificação de atividades e pulverização de suas estruturas. O sistema de franquias cria uma verdadeira rede criminosa composta por diferentes nós, dispostos nos mais variados níveis de controle, o que facilita o entrelaçamento da economia ilícita com as atividades lícitas e a recomposição dos grupos em caso de investidas governamentais (MCDERMOTT, 2014). Possuindo essas características, as BACRIM são um dos maiores desafios do Estado colombiano, como será discutido a seguir.

2. O PROCESSO DE PAZ COM AS FARC (2012-2016) E A POLÍTICA DE DROGAS COLOMBIANA: COEXISTÊNCIA ENTRE O ENFOQUE INTEGRAL E A REPRESSÃO AO NARCOTRÁFICO

Com o fim do governo Uribe e a eleição de Juan Manuel Santos para a presidência em 2010, muito se questionou quanto a possíveis alterações na política de segurança colombiana. Considerando o cargo de Ministro da Defesa ocupado por Santos ao longo do governo Uribe, as especulações quanto ao sucessor eram inicialmente de manutenção das mesmas premissas da Política de Segurança Democrática uribistas. Entretanto, a chegada de Santos ao poder trouxe novas abordagens para a questão securitária, tendo como referência o balanço dos resultados da PSD e as perspectivas futuras de negociação da paz com as FARC.

Com relação à PSD, como dito anteriormente, ficou evidente ao fim do governo Uribe que as medidas foram eficazes na contenção e redução da insurgência interna na Colômbia – em 8 anos, a PSD reduziu o contingente das FARC em mais de 50% (CHASKEL; BUSTAMANTE, 2012) - mas não foram suficientes para sua derrota. Os grupos insurgentes, principalmente as FARC, mesmo debilitados após choques com a Força Pública, tiveram capacidade suficiente de adaptação, levando a um “equilíbrio catastrófico de forças em disputa”, com derrotas e retomadas periódicas da insurgência frente ao Estado colombiano ainda nos primeiros dois anos da era Santos. Nunca houve uma vitória decisiva de uma das partes em conflito (ICG, 2012).

Por um lado, a tentativa de Santos de retomada de diálogos de paz com as FARC sem dúvida alguma dependeu dos sucessos militares do governo anterior. Contudo, o momento

histórico para a introdução de uma nova abordagem na política colombiana também decorreu de diversos outros fatores, tais como a alteração na relação Colômbia-Estados Unidos, o esgotamento das capacidades estatais para a continuidade da política repressiva, o jogo político de Santos para convencer a burocracia colombiana quanto aos dividendos da paz, dentre outras.

Desde sua campanha presidencial, Santos trabalhou na união de diversos partidos políticos sob uma coalizão chamada “Governo de Unidade Nacional”, em alusão ao seu próprio partido político, o “Partido da U” que alcançara a maioria dos assentos no Congresso no termo 2010-2014. Dessa forma, o “Governo de Unidade Nacional” de Santos chegou a incluir quase 80% do Congresso, o que permitiu a ele os votos necessários para avançar sua nova agenda, que incluía alterações na abordagem repressiva no campo da segurança e a proposta de um novo Processo de Paz com as FARC (CHASKEL; BUSTAMANTE, 2012).

A nova fase do relacionamento bilateral com os Estados Unidos também proporcionou um momento na política externa colombiana que fosse ao encontro dos desejos da administração Santos em prosseguir com o Processo de Paz. A redução e a realocação do financiamento americano no marco do Plano Colômbia, a alteração da antiga retórica repressiva estadunidense quanto à luta global contra o terrorismo e o deslocamento da luta antinarcóticos para o México e a América Central fizeram com que as relações Colômbia-Estados Unidos entrassem em um novo capítulo (TORRIJOS, 2011). Santos busca então reduzir a dependência colombiana dos americanos, cunhando o termo “parceria estratégica” para definir a relação entre os dois países (GRANDA HENAO, 2015).

De modo mais amplo, Santos busca, dessa forma, imprimir uma visão mais liberal e conciliadora na política externa colombiana, agindo em defesa da Democracia e dos Direitos Humanos e reduzindo a carga securitária que carregava a imagem colombiana até o fim do governo Uribe. O chamado “giro da política externa” na Colômbia representa o desejo de inserção internacional do país, de avanço da agenda econômica em detrimento da de segurança e de garantia de desenvolvimento ao povo colombiano (GRANDA HENAO, 2015).

Concomitantemente, as políticas domésticas também sofreram alterações em sua forma e conteúdo. O plano de governo “Prosperidade para Todos” congrega estratégias para a

consolidação das vitórias e superação das limitações da PSD de Uribe, tendo como objetivo a promoção da paz e do crescimento econômico no país (GRANDA HENAO, 2015). Com especial atenção, a política de segurança lançada em 2011, no marco desse plano, chamada Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade (PISDP), tem como propósito “[c]ontribuir a la gobernabilidad democrática, la prosperidad colectiva y la erradicación de la violencia, mediante el ejercicio de la seguridad y la defensa, la aplicación adecuada y focalizada de la fuerza y el desarrollo de capacidades mínimas disuasivas” (COLÔMBIA, 2011, p. 31)

A PISDP buscou, dessa forma, ajustar as capacidades de segurança do país ao projeto nacional de prosperidade democrática, fazendo coexistir o combate à insurgência derivado da PSD com a nova agenda de promoção de políticas públicas para o desenvolvimento e para a paz (GRANDA HENAO, 2015). Abaixo, segue um quadro-resumo de objetivos e respectivas estratégias presentes na PISPD:

Figura 2 - Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade: objetivos e estratégias

OBJETIVOS	ESTRATEGIAS			
Llevar a un mínimo histórico la producción nacional de narcóticos	Erradicar los cultivos ilícitos	Fortalecer las capacidades de interdicción	Desarticular las bandas criminales	
Desarticular los GAML y crear condiciones suficientes de seguridad para la consolidación	Acabar con la violencia desarticulando los GAML	Integrar y adaptar los esquemas de seguridad	Implementar un modelo de control, administración y seguridad fronteriza	Fortalecer la acción integral
Crear condiciones de seguridad para la convivencia ciudadana	Fortalecer el control policial		Desarticular las organizaciones delincuenciales	Fortalecer la investigación criminal
Avanzar hacia un sistema de capacidades disuasivas creíble, integrado e interoperable	Diseñar e implementar un sistema integrado de defensa		Incrementar la cooperación internacional	Implementar un programa de ciberseguridad y ciberdefensa
Contribuir a la atención oportuna a desastres naturales y catástrofes	Crear una instancia de respuesta sectorial		Promulgar una política sectorial	Estabilizar y asegurar áreas afectadas
Fortalecer la Institucionalidad y el bienestar del sector seguridad y defensa nacional	Modernizar la gestión sectorial	Impulsar proyectos de ciencia, tecnología e innovación	Alcanzar un GSED competitivo	Avanzar en una estrategia de bienestar para la FP

Fonte: COLÔMBIA (2011, p. 43)

Quanto à questão das drogas, a PISPD não deixa clara a presença de uma nova agenda na contenção do narcotráfico. O primeiro objetivo, “levar a um mínimo histórico a produção de narcóticos”, anuncia uma abordagem semelhante à abordagem uribista: estratégias de erradicação de cultivos ilícitos, apreensões e combate aos grupos criminosos. A mudança estaria somente na identificação das BACRIM como um novo grupo a ser combatido dentro da cadeia do narcotráfico.

Além disso, outro ponto de atenção da PISPD é a proposta de divisão do território colombiano em três diferentes zonas (verdes, amarelas e vermelhas), a depender do seu grau de violência, tendo como objetivo orientar as políticas de segurança em cada área: as zonas vermelhas são de desarticulação da violência, as zonas amarelas de consolidação da presença do Estado, e as zonas verdes de provimento de segurança cidadã. Nas zonas vermelhas, de maior insegurança, as FARC ainda aparecem rotuladas como inimigas, enquanto que o narcotráfico é rotulado como inimigo nas três zonas. Tal divisão territorial das ameaças e dos tipos de intervenção do Estado tem relação direta com as prioridades de implementação das políticas definidas ao longo do Processo de Paz. Como será discutido posteriormente, regiões com menor incidência de violência possuem vantagens no recebimento de políticas públicas de desenvolvimento social quando comparadas com regiões em que a violência associada ao narcotráfico ainda persiste.

Além disso, a manutenção das FARC como inimigo, mesmo após uma oferta de paz ter sido feita pelo grupo insurgente em 2010, demonstra como o Estado colombiano, lembrando as falhas de Pastrana, se manteve firme nas condições para o início de um processo de paz: enquanto as FARC não liberassem seus reféns e declarassem cessar-fogo, as Forças Militares continuariam suas campanhas de repressão à guerrilha. Os embates se intensificaram com a morte e captura de comandos intermediários das FARC, culminando, ao final de 2011, nas mortes de “Mono Jojoy”, comandante militar, e “Alfonso Cano”, líder da guerrilha (CHASKEL; BUSTAMANTE, 2013).

As dúvidas quanto à disposição da guerrilha para o início de negociações de paz encontram força na experiência histórica do falho processo de paz de Caguán e a subsequente perspectiva simplista da administração colombiana, marcadas pela dicotomia “negociação ou guerra”. Dessa maneira, a opinião pública colombiana foi historicamente levada a duvidar de

iniciativas de institucionalização dos conflitos na seara política como forma de superar a confrontação armada⁶. A negociação de interesses opostos e projetos políticos distintos continua reprimida, então, pelo incentivo ao confronto direto (BUITRAGO, 2011).

No início do governo Santos, a morosa introdução de uma abordagem integral do conflito colombiano, ainda que em coexistência com a tendência de militarização do governo Uribe, permitiu que uma nova perspectiva de pacificação do país começasse a ganhar forma: o desejo de uma paz associada à transformação da ordem social, econômica e política das regiões afetadas pelo conflito (DUNCAN, 2009). O pré-acordo anunciado pelo presidente Santos e as lideranças das FARC em setembro de 2012 prometia um processo de paz longo e custoso, mas ao mesmo tempo trazia o compromisso de fim definitivo do conflito e das décadas de violência que assolaram a Colômbia.

Os diálogos de paz se iniciaram em Oslo, Noruega, para a definição dos pontos de negociação, e logo em seguida passaram a Havana, Cuba, para a discussão pormenorizada de cada ponto do rascunho do Acordo de Paz. Em alinhamento ao enfoque integral já presente no plano de governo de Santos, o Processo de Paz com as FARC teve como marcos a presença de uma delegação de vítimas nas discussões em Havana, a introdução do enfoque de gênero e também a priorização do desenvolvimento rural no desenho das políticas em cada um dos pontos do Acordo.

Considerando o interesse deste trabalho nas dinâmicas do tráfico de cocaína na Colômbia durante os anos do Processo de Paz, iremos considerar para efeitos de análise somente o Ponto 4: “Solução ao Problema das Drogas Ilícitas”, lançado como rascunho conjunto em maio de 2014 e, depois de alterações, virou parte do Acordo Final assinado em novembro de 2016 em Bogotá. Em resumo, nesse ponto do acordo as partes reconhecem que o conflito armado antecede o surgimento dos cultivos ilícitos na Colômbia e que, portanto, o narcotráfico deve ser considerado fator de interferência no desenvolvimento do conflito, mas não sua causa. Em complementaridade, o cultivo, a produção e a comercialização das drogas ilícitas também são

⁶ Um grande exemplo dessa perspectiva da opinião pública colombiana foi o resultado negativo no plebiscito de 2 de outubro de 2016, que decidiu a não aceitação do texto do Acordo de Paz assinado em Cartagena em 26 de setembro do mesmo ano.

considerados afetados pelo conflito, numa relação simbiótica que se desenrola desde os anos 80 (ACUERDO..., 2016).

Também no Ponto 4 do Acordo as partes identificam como causas dos cultivos ilícitos as condições de pobreza, baixa presença do Estado e triunfo de organizações criminosas dedicadas ao narcotráfico em certas regiões do território colombiano. Por conseguinte, concordam em que a solução perpassa pelo reajuste das políticas públicas sobre drogas, dando prioridade aos setores da sociedade mais afetados: os produtores e consumidores; e pela intensificação da luta contra as organizações criminosas (ACUERDO..., 2016).

Percebe-se, portanto, que, em complementaridade às estratégias já delineadas na PISPD, o marco do Processo de Paz ao longo do governo Santos incentiva uma limitada dessecuritização da questão das drogas na Colômbia, ou seja, uma substituição do enfoque repressivo pelo enfoque integral especificamente em partes mais vulneráveis da cadeia de produção da cocaína, como os agricultores e habitantes de comunidades rurais historicamente inseridas na lógica do cultivo de uso ilícito. A repressão continua, porém, nos elos intermediários e superiores da cadeia do narcotráfico, responsáveis pelo processamento da cocaína e sua comercialização. Esses grupos têm como característica o uso da violência e da extorsão para controle das zonas de cultivo e, em comparação com aqueles agricultores localizados no patamar mais baixo da cadeia, garantem lucros significativos com o negócio ilícito.

À luz do exposto anteriormente, o objetivo dessa seção é analisar os pontos 4.1 e 4.3 do Acordo, que tratam respectivamente do cultivo e da produção e comercialização de drogas ilícitas. Serão abordadas as políticas propostas ao longo do Processo de Paz e no texto final do Acordo, os desafios a sua implementação e, principalmente, as alterações identificadas nas dinâmicas do tráfico de cocaína em cada um desses pontos⁷. Dessa forma, dentro do negócio da droga, trabalharemos com a análise de suas primeiras duas etapas: a de cultivo da folha de coca, e a de manufatura da cocaína e sua venda aos mercados internacionais e nacionais (UNIVERSIDAD EAFIT, 2016). O objetivo desse recorte se justifica ao considerar este trabalho

⁷ O ponto 4.2 não será abordado por tratar da questão do consumo, que foge do enfoque deste trabalho, centrado nas dinâmicas de oferta da droga.

um primeiro passo de um processo mais extenso de análise dos impactos transnacionais das dinâmicas de narcotráfico observadas nesse momento histórico.

2.1. Programa de Substituição de Cultivos de Uso Ilícito

2.1.1. O ponto 4.1 do Acordo e as políticas de substituição de cultivos

Desde o lançamento do rascunho conjunto em maio de 2014 até a sua versão final, o Ponto 4.1 do Acordo de Paz tem em seu cerne o Programa Nacional Integral de Substituição de Cultivos de Uso Ilícito (PNIS). Encabeçado pela Presidência da República e em coordenação com autoridades departamentais e municipais, o PNIS faz parte da Reforma Rural Integral (RRI) presente no ponto 1 do acordo de paz e segue os mesmos princípios para sua aplicação, ou seja, o incentivo à participação ativa das comunidades e das FARC no processo de tomada de decisão e construção de soluções ao problema dos cultivos ilícitos. Tendo isso em mente, a aplicação do programa seguirá a prioridade definida pelas comunidades já inscritas na RRI e somente depois serão atendidas as regiões com maior densidade populacional e de cultivos ilícitos (ACUERDO..., 2016).

O PNIS inova ao colocar a substituição voluntária como ponto central para o sucesso do programa, demonstrando sua sensibilidade às necessidades das comunidades e buscando a sustentabilidade da substituição de cultivos. Entre seus objetivos, estão: superar condições de pobreza da população local, intensificar a concertação política e a reparação dentro das comunidades, e fortalecer a presença do Estado nessas regiões. Para que o PNIS tenha efetividade, serão feitos acordos de substituição voluntária específicos com cada uma das comunidades, formalizando seu compromisso com o fim da prática ilícita e o compromisso do Estado colombiano em prover assistência imediata e segurança a essas comunidades (ACUERDO..., 2016).

Em locais onde há acordo comunitário, caso não haja o cumprimento parcial ou total das disposições pelas comunidades, o governo partirá para ações de erradicação manual⁸. Em locais em que não há acordo, o Governo seguirá com a erradicação manual, mas não descarta o uso da

⁸ As políticas de erradicação manual serão analisadas na próxima seção.

aspersão. Como veremos, essa zona cinza para o uso da erradicação manual ou da aspersão é um dos pontos de maior preocupação na futura implementação do Acordo.

Avançando no delineamento de políticas complementares ao PNIS, Santos apresentou em setembro de 2015 a “Estratégia Integral de Substituição de Cultivos Ilícitos”, composta por seis frentes de trabalho: investimento social, substituição, interdição, investigação e judicialização, consumo e reforma institucional (WILCHES, 2015). Prevista para iniciar até 2016 nos departamentos com maior registro de produção de coca, Putumayo e Nariño, essa Estratégia reconhece que não é possível acabar com o narcotráfico, logo se deve focalizar na redução de seu impacto na sociedade, seja ele violento ou não.

Quadro 1 – O ponto 4.1. do Acordo de Paz: negociação e implementação

<p>Alterações no texto do acordo</p>	<p>No acordo de Cartagena, a aspersão se manteve como último recurso para erradicar os cultivos e foram criados programas de substituição de concertados com as comunidades. No novo acordo, reitera-se que o governo mantém a utilização de todas as ferramentas para a erradicação, incluindo a fumigação, mas deixando claro que será feito "<i>priorizando la erradicación manual donde sea posible</i>". Ou seja, há uma mudança simbólica na qual a aspersão já não se apresenta como último recurso, mas segue sendo aplicável caso não funcione a erradicação manual.</p>
<p>Polêmicas</p>	<p>Este ponto é um dos mais polêmicos, sobretudo entre os <i>cocaleros</i>, uma base social tradicional das FARC. Isso porque enquanto os <i>cocaleros</i> defendem a ideia de que a única maneira de substituição de cultivos deve ser dialogada com as comunidades, o governo tem adotado uma estratégia dupla. Por um lado, apresentou o Programa de Substituição de Cultivos, que não foi bem recebido pelos <i>cocaleros</i> pois, enquanto o</p>

	Acordo dispõe sobre firmar acordos <i>bottom-up</i> , este Programa já vem com benefícios padronizados que não se discutem com as comunidades locais. Por outro lado, o Ministério da Defesa está erradicando à força em algumas regiões, gerando resistência em lugares como Caquetá e Tumaco.
Qual parte cedeu mais	As duas. O governo conseguiu que a aspersão continuasse, mas como um recurso a mais para erradicar os cultivos. A guerrilha garantiu a realização de programas de substituição em concerto com as comunidades, mas não teve sucesso na legalização dos cultivos para fins terapêuticos.

Tradução nossa. Fonte: LA SILLA VACÍA ([s.d.])

2.1.2. *Obstáculos e desafios à implementação das políticas de substituição de cultivos de uso ilícito*

Ao longo de 2016, o PNIS concentrou-se no diálogo e concertação de acordos com as comunidades. Como projeto piloto, foi assinado o Esforço Conjunto de Substituição em Briceño em 10 de junho de 2016, no qual o governo colombiano iniciou uma intervenção integral em comunidades do município afetadas por cultivos ilícitos, tendo como objetivo eliminar por completo as plantações de coca nos 954 hectares identificados. O processo conta com a participação conjunta e acompanhamento do governo colombiano, das FARC, do UNODC, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (EL UNIVERSAL, 2016; United Nations Office for Drugs and Crime [UNODC], 2017).

Entretanto, é preciso ressaltar que muitas das comunidades em processo de negociação desses acordos de substituição de cultivos de uso ilícito no âmbito do PNIS vêm sofrendo com a violência gerada por grupos narcotraficantes, principalmente as BACRIM. Como exemplo, em Putumayo, a organização criminosa urbana “Constru” vem gradualmente aumentando sua presença nas zonas rurais com o objetivo de controlar o cultivo de coca e a produção de cocaína no local. Nas regiões de prevalência do “Clã do Golfo”, as organizações campesinas estão sendo

impedidas de circular em áreas de cultivo após a BACRIM manifestar publicamente sua oposição aos acordos comunitários do PNIS. Já em Nariño, a organização que bloqueia a concretização dos acordos com as comunidades é a dissidência das milícias da Coluna Daniel Aldana das FARC (GARZÓN; BERNAL, 2017).

Tais dinâmicas revelam os perigos, principalmente para as populações rurais, da estreita relação entre violência e narcotráfico. O interesse das BACRIM em ter controle das regiões de cultivo da coca recai na perspectiva de aumento de rentabilidade através de maior oferta de folhas de coca para o futuro processamento da cocaína (UNIVERSIDAD EAFIT, 2016). Soma-se a isso também a tendência de alteração da participação do agricultor na cadeia do tráfico: atualmente a venda da folha de coca se dá sem nenhum valor agregado. Com a pulverização dos processos e das redes de tráfico, a fase de extração dos alcalóides da planta e geração da pasta base não mais fica a cargo dos cultivadores de coca, o que gera mudanças importantes na distribuição dos lucros dentro da cadeia do narcotráfico. No ano de 2014, 68% dos cultivadores de coca já haviam se rendido a essa nova lógica (UNIVERSIDAD EAFIT, 2016).

A principal causa para a elevada exposição dessas comunidades à violência de grupos não-estatais está justamente na baixa presença do Estado nessas regiões, o que implica em falta de segurança, mas também em falta de provimento de serviços e bens públicos aos habitantes. Até o final de 2016, somente 32% dos territórios afetados por cultivos de coca tiveram algum tipo de programa de desenvolvimento alternativo (EL TIEMPO, [s.d.]). A fragilidade do auxílio estatal faz com que plantações de cultivos de uso ilícito, como a folha de coca, passem a figurar como solução para complementar a renda das famílias ou muitas vezes para garantir sua própria subsistência.

Associado ao vazio institucional nas zonas rurais colombianas, é preciso também atentar que um grande desafio para os agricultores no prosseguimento do plantio de cultivos lícitos é a pressão do agronegócio no país. As desvantagens do pequeno e médio agricultor frente aos custos de produção, quando comparadas à alta produtividade do agronegócio, transformam negativamente as dinâmicas econômicas e sociais do campo colombiano. Além disso, o peso político dos grandes produtores prejudica ainda mais a sustentabilidade de políticas de desenvolvimento rural comunitário alternativo como o PNIS. Para ilustrar o argumento: no

mesmo ano em que Santos anunciava o início do Processo de Paz, o governo colombiano passou a exigir a certificação de sementes nos cultivos agrícolas, em decorrência da assinatura do Tratado de Livre Comércio com os EUA. A certificação de sementes aumenta os custos de produção ao não permitir o replantio de colheitas anteriores, técnica usada comumente na pequena e média propriedade rural. Ao invés disso, os agricultores ficam reféns, a cada plantio, de novas compra nas grandes empresas patenteadoras de sementes. Sem subsídios estatais suficientes para essas famílias, elas serão levadas a trabalhar para o agronegócio, unir-se-ão aos fluxos de êxodo rural ou até mesmo passarão a cultivar a folha de coca e vendê-la ao mercado ilícito⁹ (VIANA, 2017).

Apesar desses desafios, outras iniciativas paralelas ao PNIS renderam cifras positivas em 2016, tais como a formalização de 755 propriedades rurais e o atendimento de quase 18 mil famílias nos programas de desenvolvimento alternativo, existentes desde os anos 2000¹⁰ (UNODC, 2017). Tais iniciativas complementares são também chave para o sucesso do Programa, considerando que dentre os fatores que contribuem para a redução da produção de coca na Colômbia estão a formalização da propriedade rural, a sustentabilidade em longo prazo das políticas de substituição de cultivos e iniciativas de conscientização e instrução das comunidades (UNIVERSIDAD EAFIT, 2016).

No outro lado da moeda, encontram-se as regiões que ainda oferecem resistência às conversações com o governo colombiano para a firma dos Acordos de Substituição de Cultivos. Seja por estarem dominadas por BACRIMs ou por não acreditarem nas soluções do Estado, essas comunidades estão sujeitas, no marco do Acordo de Paz, à erradicação manual e até mesmo à aspersão. Historicamente, essas duas políticas foram as mais utilizadas pelos governos colombianos na tentativa de redução da oferta de folha de coca para o mercado ilícito. O auge de sua implementação foi ao longo dos anos 2000, no marco do Plano Colômbia.

A aspersão, principalmente a aérea, manteve-se como política oficial do governo colombiano até o ano de 2015, quando Santos anunciou seu fim como um gesto de paz durante as negociações do acordo - mas também por conta da classificação do glifosato, o principal químico

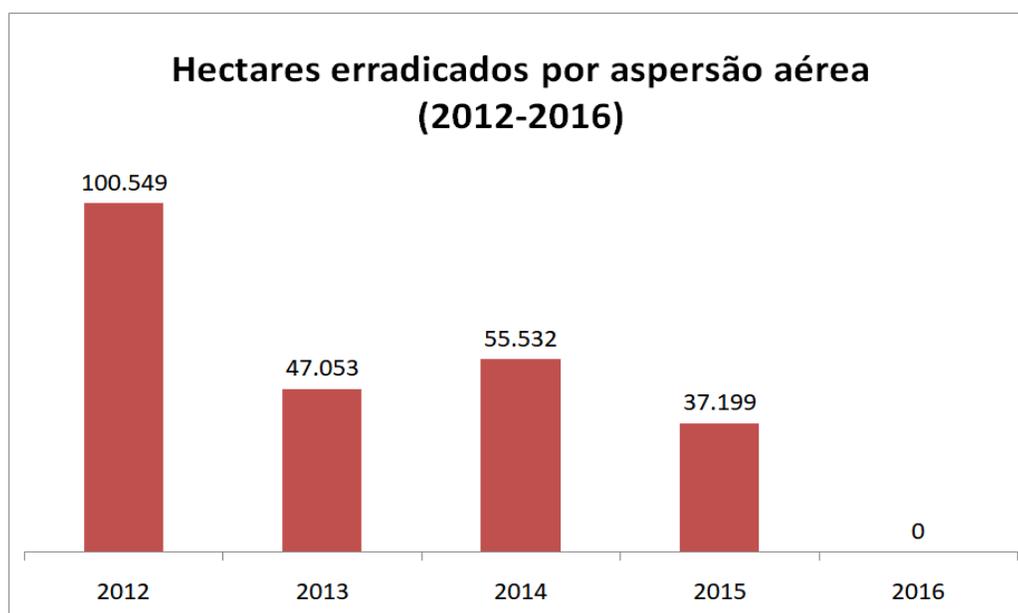
⁹ Para mais informações sobre o tema, checar Bejarano et al (2013).

¹⁰ Como exemplo, o Programa Familias Guardabosques (PFGB) é executado pelo governo colombiano desde 2003 e já beneficiou mais de 100 mil famílias.

utilizado na atividade, como possível cancerígeno. De acordo com o UNODC (2017), o acumulado de aspersão aérea no país foi de aproximadamente 37 mil hectares de plantação.

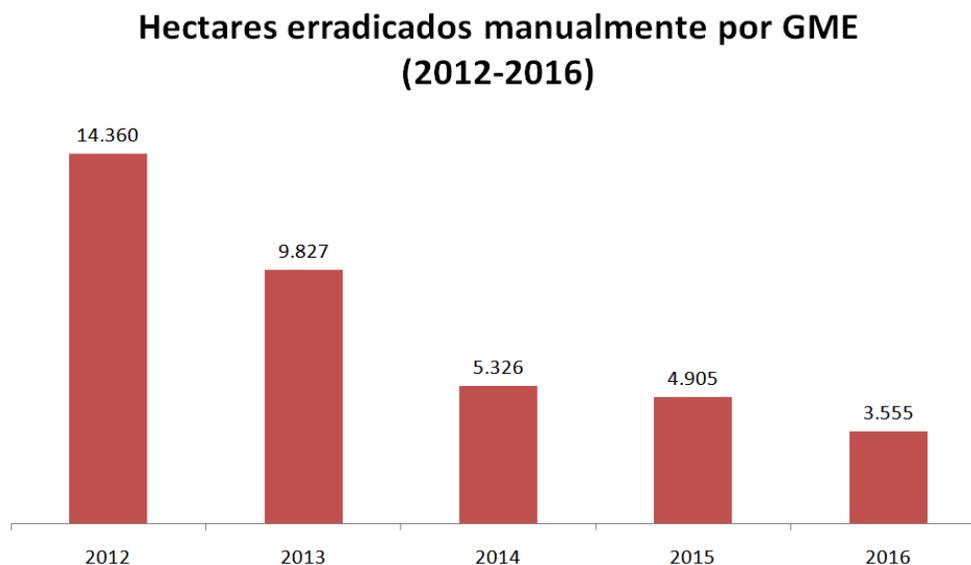
Apesar do aparente sucesso na redução dos cultivos ilícitos, a aspersão não deve ser considerada a política mais adequada e eficaz no combate ao narcotráfico. A atividade tornou-se muito custosa aos cofres colombianos, principalmente após a redução do financiamento americano no Plano Colômbia, já que para eliminar 1 hectare de coca era necessário fumigá-lo cerca de 32 vezes (UNIVERSIDAD EAFIT, 2016). Além disso, o glifosato não só aumenta o risco de doenças dermatológicas, câncer de pele e até mesmo abortos, como também gera danos ao solo e aos cultivos lícitos que, inadvertidamente ou não, possam ser fumigados juntamente às plantações de coca.

Gráfico 1 - Hectares erradicados por aspersão aérea (2012-2016)



Adaptação. Fonte: UNODC (2017, p.215)

Gráfico 2 - Hectares erradicados manualmente por GME (2012-2016)

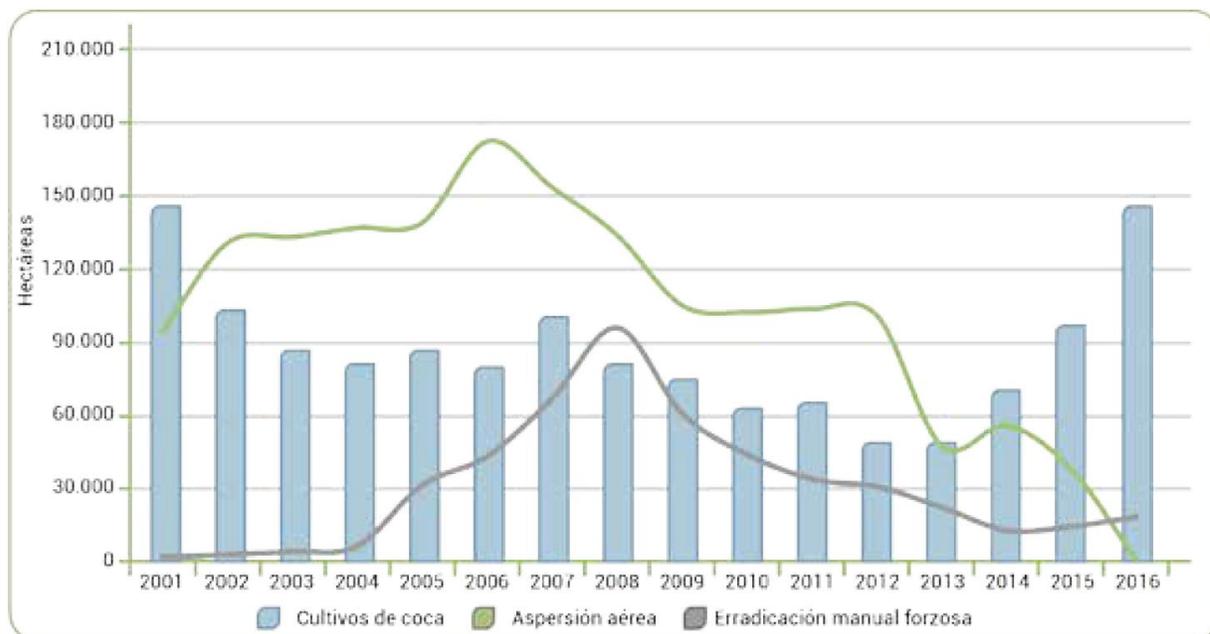


Adaptação. Fonte: UNODC (2017, p. 216)

A estratégia de erradicação manual forçada do governo colombiano, por sua vez, chegou a 18 mil hectares em 2016, num incremento de 28% com relação ao ano anterior, o que demonstra a intensificação dessa atividade num cenário pós-aspersão. A erradicação manual forçada se dá através de duas modalidades distintas: a realizada pelos Grupos Móveis de Erradicação (GME) e a realizada pela Polícia Nacional e as Forças Militares (UNODC, 2017). Mais preocupante do que a aspersão, a erradicação manual já matou quase 300 e levou a amputações em mais de 1000 pessoas na Colômbia, devido aos riscos associados à violência dos grupos narcotraficantes e à presença de minas terrestres antipessoais e munições sem explodir (MAP/MUSE) nos locais de cultivos de uso ilícito (WILCHES, 2016).

No gráfico abaixo, é possível comparar a extensão das políticas de erradicação e as tendências do cultivo de coca na Colômbia entre o período 2001-2016:

Gráfico 3 - Comparação entre a dinâmica dos cultivos de coca detectados, a aspersão aérea e a erradicação manual forçada (2001 - 2016)



Fonte: UNODC (2017, p.148)

Nota-se que a redução das políticas de erradicação manual e por aspersão acompanharam uma tendência de aumento nos cultivos de coca no território colombiano. Mesmo que à primeira vista a associação causal direta pareça óbvia, a relação entre a diminuição da erradicação e o incremento nas plantações de coca não é linear e muito menos exclusiva¹¹. Um elemento que conecta indiretamente as duas dinâmicas é a questão do replantio em territórios já erradicados previamente: em 2016 o cultivo da folha de coca foi retomado em 80% dos lotes já fumigados e erradicados (UNODC, 2017).

Nessa correlação, a ideia é de que a retomada de controle pelo Estado, quando feita majoritariamente através das medidas de erradicação, torna-se insustentável em territórios em que já se exercia o narcotráfico, levando ao replantio do cultivo de uso ilícito previamente erradicado. Um estudo do UNODC (2017) elenca algumas características comuns aos territórios em que

¹¹ A próxima seção irá explorar os possíveis fatores que causaram o aumento do cultivo da folha de coca ao longo do Processo de Paz

houve reativação dos plantios de uso ilícito, e todas elas incluem fases do negócio da cocaína: (i) presença de uma cadeia integrada de produção, transformação e tráfico da droga; (ii) inexistência de controle hegemônico por grupos criminais e, em particular, pelas FARC; (iii) proximidade a zonas de fronteira¹² e/ou corredores de saída da droga; e (iv) permanência do cultivo de coca por mais de dez anos. O documento identifica que esses territórios correspondem aos departamentos de Cauca e Nariño e à região Central, que somados correspondem a pouco mais de 65% dos cultivos de coca do país (UNODC, 2017).

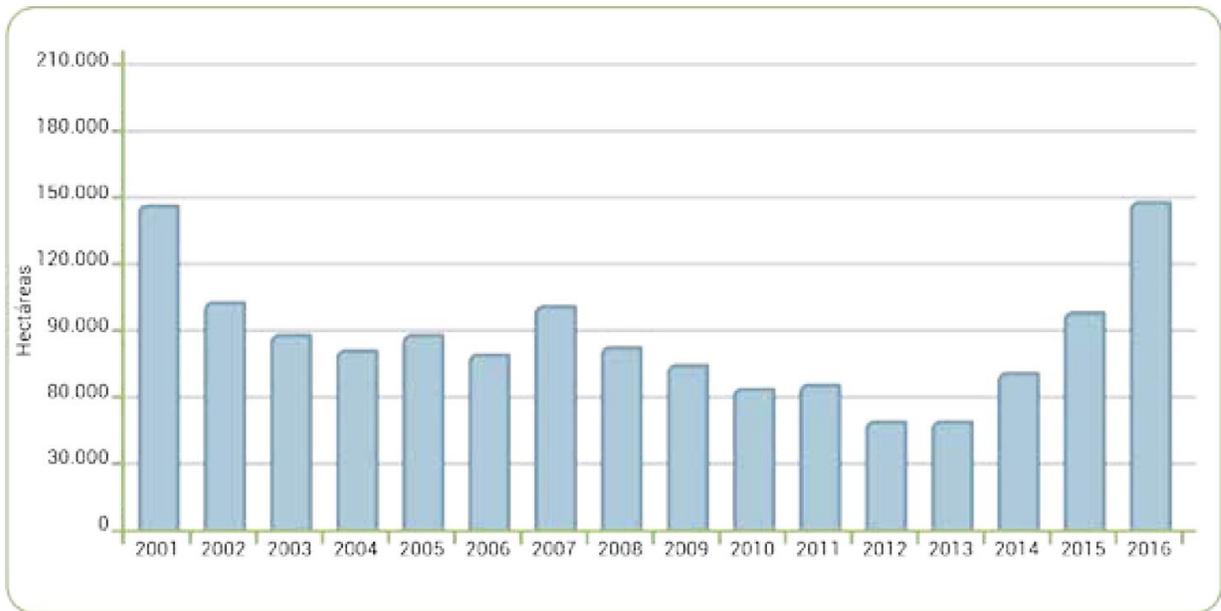
Assim, é possível notar que a tentativa de aumentar o custo do cultivo da coca para as comunidades e erradicar por completo os cultivos de uso ilícito na Colômbia não teve sucesso através da aspersão e da erradicação manual. Ao contrário, quando desacompanhadas de políticas estatais efetivas de desenvolvimento rural alternativo, as políticas repressivas não logram desarticular as lógicas do tráfico historicamente enraizadas em certas localidades. Como resultado, conflitos entre produtores de coca e a Força Pública vêm se tornando mais intensos desde o fim do Processo de Paz, criticando os limites de cobertura do Programa de Substituição de Cultivos e em oposição à continuidade dos mecanismos de erradicação forçada de cultivos (GIRALDO, 2017).

2.1.3. As dinâmicas do narcotráfico analisadas à luz das políticas de substituição de cultivos

Tendo como referência as políticas de substituição de cultivos discutidas na seção anterior, o objetivo agora será pensar em possíveis impactos da criação e da implementação dessas políticas nas dinâmicas dos cultivos de coca ao longo do Processo de Paz. Observando os gráficos abaixo, identifica-se, a partir do ano de 2014, o aumento de hectares de coca cultivados no país, chegando à cifra de 146 mil hectares de plantio em 2016, a maior taxa desde 2001. Desse total, as regiões que mais cultivam coca são Pacífico (58 mil hectares), Central (41 mil hectares) e Putumayo-Caquetá (35 mil hectares) (UNODC, 2017).

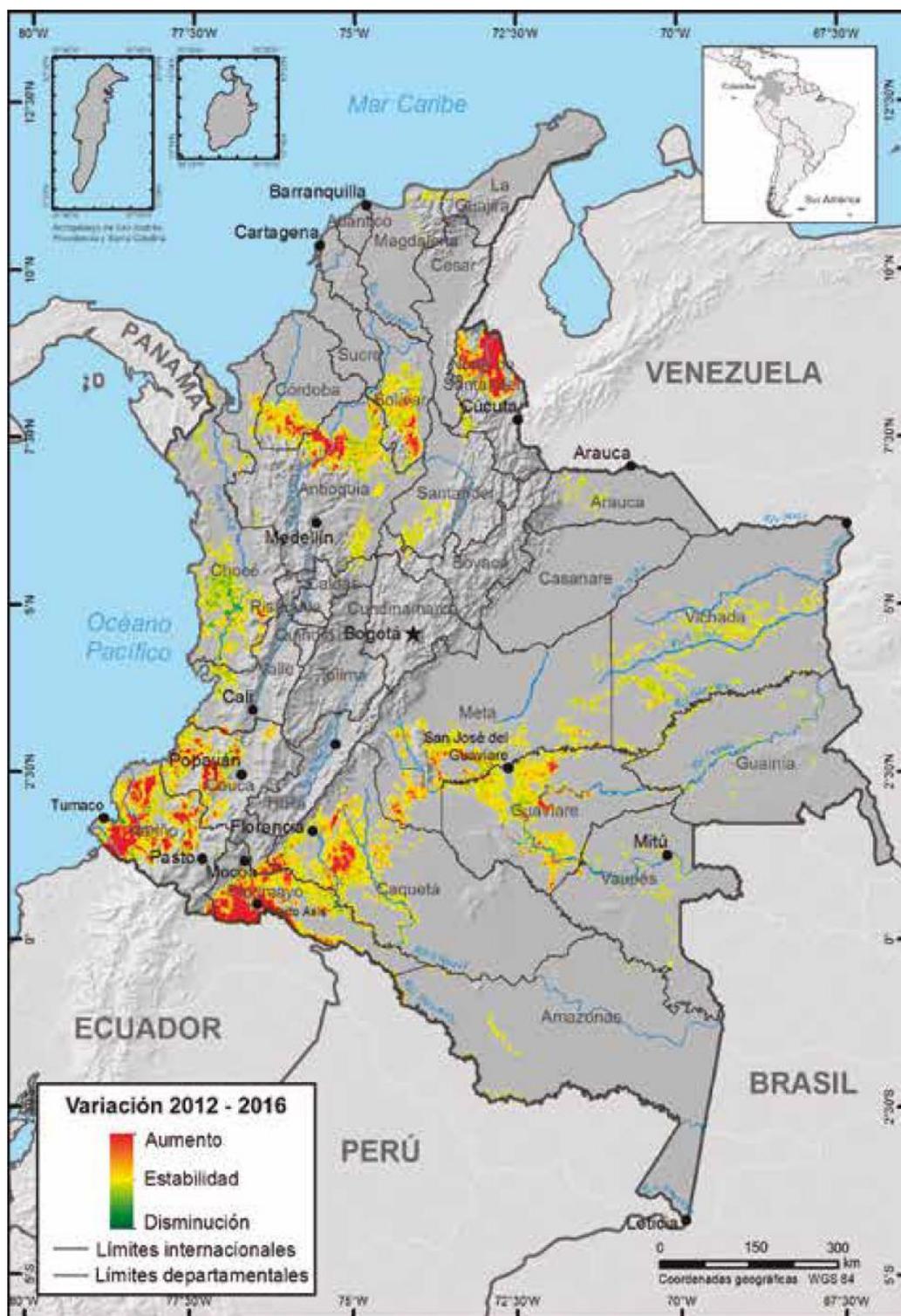
¹² 30% dos cultivos de coca na Colômbia estão a menos de 20km de zonas de fronteira (UNODC, 2017)

Gráfico 4 - Série histórica de área com coca (2001 - 2016)



Fonte: UNODC (2017, p.23)

Mapa 2 - Variação do cultivo de coca na Colômbia (2012 – 2016)



Fonte: UNODC (2017, p.27)

Associado ao aumento da área de cultivo da coca, outro fator para análise é da densidade foliar das plantações de coca, que também sofreu aumento no período em algumas regiões. Analisar a densidade do cultivo importa, pois quanto maior a densidade de folhas de coca em uma plantação, aumenta a concentração do alcalóide nas folhas durante o processo de maturação da planta e, com a maior concentração do alcalóide, é possível o aumento na produtividade da pasta base, que passará posteriormente pelo processo de refinamento até tornar-se cocaína (UNODC, 2017).

Nos departamentos de Nariño, Putumayo e Norte de Santander o aumento da densidade foliar já foi identificado, o que gera preocupação quanto ao entrelaçamento das duas tendências: nas regiões colombianas de maior incremento nas áreas de cultivo identifica-se também o aumento da densidade foliar das plantações de coca (UNODC, 2017). Tal correlação implica na concentração da produtividade da cadeia do narcotráfico nessas áreas, fazendo com que os demais processos de refinamento da droga também se concentrem nesses locais como forma de redução de custos. Por conta do alto valor produtivo dessas regiões-chave, o controle das BACRIM se intensifica e acaba por aumentar os níveis de violência e insegurança dos habitantes.

Levando em conta essas dinâmicas, é possível perceber o baixo impacto das políticas de substituição de cultivos implementadas até então nas dinâmicas do cultivo de coca no período 2012-2016. Quanto ao PNIS, ainda não é possível avaliar seu impacto pois até 2016 ainda não havia sido implementado - a decisão de início oficial do programa foram anunciadas pelo governo colombiano no início de 2017.

A redução da erradicação manual e da aspersão, por sua vez, não interfere diretamente no aumento dos cultivos. Apesar de o fim dessas políticas ter permitido a recuperação dos solos e a melhoria da qualidade das colheitas (UNODC, 2017), tais aspectos não garantem o retorno automático dos agricultores ao cultivo da folha de coca. O maior impacto da redução das políticas de erradicação está no arrefecimento da pressão estatal sobre essas áreas, permitindo o rearranjo produtivo do mercado da droga e a ingerência das BACRIM nas dinâmicas produtivas dessas comunidades.

Dessa forma, é possível concluir que as dinâmicas do narcotráfico em sua primeira fase de cultivo da folha de coca respondem mais a novas dinâmicas de presença e atuação de BACRIM do que à redução das políticas repressivas do Estado ao longo do Processo de Paz. Nesse momento de transição de abordagem, o meio caminho andado na alteração das ações do Estado direcionadas ao combate ao narcotráfico não pode ser considerado fator de impacto suficiente para definir novas dinâmicas no mercado da cocaína. O período é de ajuste das políticas e preparação para a implementação do Acordo de Paz nos anos vindouros.

2.2. Solução ao Fenômeno de Produção e Comercialização de Narcóticos

Após a análise da relação entre as políticas propostas e/ou implementadas no período 2012-2016 e as dinâmicas de cultivo de coca na Colômbia, a presente seção busca analisar as fases posteriores da cadeia do tráfico: as de produção e comercialização da cocaína. Assim como na seção anterior, serão apresentadas primeiramente as soluções delineadas no ponto 4.3 do Acordo e, logo em seguida, será discutida sua relação com as dinâmicas do narcotráfico ao longo do Processo de Paz.

2.2.1. O ponto 4.3 do Acordo e as políticas de combate à produção e comercialização de cocaína

Após a colheita da folha de coca destinada ao mercado ilícito, existem basicamente três outras etapas – duas de produção e uma de comercialização - pelas quais a coca passa até chegar ao consumidor (UNIVERSIDAD EAFIT, 2016). As segunda e terceira fases, de produção, correspondem respectivamente à transformação da folha de coca em pasta base e o processamento da base para gerar o cloridrato de cocaína. A pasta base, produto intermediário, é um macerado das folhas que pode incluir químicos como cal, querosene, gasolina e ácido sulfúrico. Já o cloridrato de cocaína é o pó branco e sem cheiro, resultado do refinamento da base com ácido hipoclorídrico.

A quarta e última fase, de comercialização, é a fase que corresponde ao tráfico - internacional e interno - da cocaína. Após essa fase, os intermediários da droga até o consumidor costumam adicionar outras substâncias ao pó para maior rentabilidade do negócio, tornando-a de maior risco ainda à saúde humana.

Levando isso em consideração, o ponto 4.3. do Acordo de Paz busca soluções aos mais diversos processos que sustentam tais etapas do mercado da cocaína (ACUERDO..., 2016):

Quadro 2 – Quadro-resumo do Ponto 4.3 do Acordo de Paz

Controle de insumos e precursores	Revisão e estabelecimento do controle estatal sobre a produção, importação e comercialização de insumos de precursores destinados às fases de produção da droga
	Fortalecimento das capacidades de vigilância por parte do Estado
Investigação	Fortalecimento e articulação de redes de investigação de atividades criminosas
	Mapeamento das redes de financiamento do tráfico para geração de políticas adequadas à contenção dos grupos de crime organizado
Combate à corrupção	Estratégia específica de luta contra a corrupção associada ao narcotráfico
Cooperação internacional	Cooperação regional e internacional para identificar rotas de tráfico das organizações criminosas
	Participação em fóruns internacionais com o objetivo de fazer avançar uma nova agenda de política de drogas

Fonte: Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera (2016)

Historicamente, a Força Pública colombiana é o principal ator que se dedica ao combate à produção e comercialização de cocaína, inclusive através de medidas semelhantes às delineadas

no Acordo de Paz. Dentre as ações já em curso, estão o uso da inteligência para desarticulação das redes criminais; o controle e interdição de insumos; o fortalecimento de Bases Militares em regiões de fronteira; e o emprego do sistema de vigilância da Força Aérea Colombiana (UNODC, 2017).

Assim, levando em consideração a posição da Colômbia como o maior país produtor e exportador de cocaína no mundo, a principal crítica a esse ponto do Acordo está na recorrente ineficiência dessas políticas públicas para combater problemas já identificados ao longo da saga colombiana de combate ao narcotráfico. Caso não haja uma reformulação de estratégias e melhora na implementação dessas políticas, o ponto 4.3 pode tornar-se somente uma “enunciação de bons desejos” para o fim do problema do narcotráfico (UNIVERSIDAD EAFIT, 2016).

A seguir serão analisadas as políticas de combate à produção e comercialização da cocaína relacionadas aos primeiros dois temas do ponto 4.3: o controle de insumos e precursores, e a investigação das redes criminais. A explicação para o recorte está no fato de que políticas relacionadas a esses temas possuem maior impacto de curto prazo nas dinâmicas do narcotráfico do que iniciativas de combate à corrupção e de cooperação internacional, de efeitos a longo prazo e direcionadas a setores não diretamente ligados ao narcotráfico, como a burocracia colombiana, grupos empresariais e países de trânsito do tráfico internacional da droga.

Quadro 3 – O ponto 4.3. do Acordo de Paz: negociação e implementação

<p>Alterações no texto do acordo</p>	<p>No acordo inicial, as FARC se comprometeram a por fim em qualquer relação "<i>que en función de la rebelión, se hubiese presentado con este fenómeno</i> [o narcotráfico]" e a esclarecer a relação entre o conflito e os cultivos ilícitos, o narcotráfico e a lavagem de dinheiro. Assim, confirmaram sua relação com o narcotráfico e firmaram o compromisso de entregar informação que pudesse ajudar a identificar rotas, lavagem de dinheiro e alianças entre a Força Pública e o narcotráfico. A efetivação dessas iniciativas dependem da justiça de transição, que</p>
---	--

	<p>ameaça em teoria aqueles que sabem e não contam: podem acabar ficando de fora das penas especiais e na prisão. O que muda com o novo Acordo é a obrigação a todos que se apresentaram à Justiça Especial para a Paz de entregar toda a informação relacionada ao narcotráfico de maneira exaustiva e detalhada: um avanço na lógica do acordo inicial que reforça o papel da justiça de transição e obriga as FARC a romper com o narcotráfico sob pena de perder seus privilégios.</p>
<p>Polêmicas</p>	<p>A renegociação com o “Não” foi polêmica porque os uribista exigiam que o no acordo as FARC se comprometessem a entregar de maneira explícita toda a informação sobre as zonas de cultivos, as rotas, suas cadeias e provedores. Pediam isso, pois, no texto inicial do acordo as FARC não se comprometiam especificamente a entregar informação, já que mantinham um argumento de que não são participantes do negócio, mas que somente se financiaram de impostos sobre a droga</p>
<p>Qual parte cedeu mais</p>	<p>As FARC, porque o governo conseguiu que a guerrilha reconhecesse que o narcotráfico teve efeitos graves sobre a população e que se compromettesse a entregar informação relacionada com o negócio da droga e a ajudar a desativá-lo</p>

Tradução nossa. Fonte: LA SILLA VACÍA ([s.d.])

2.2.2. *Obstáculos e desafios à implementação das políticas de combate à produção e comercialização de cocaína*

Nesta seção, serão avaliadas as políticas de combate ao narcotráfico e identificados os principais desafios ao Estado colombiano na sua implementação. De antemão, é possível afirmar que, em comparação com as políticas de erradicação de cultivos, há evidência de maior efetividade nas políticas de combate ao narcotráfico quando estas são direcionadas a setores da

cadeia onde se gera maior valor agregado, ou seja, os setores de produção e comercialização da cocaína (UNIVERSIDAD EAFIT, 2016).

Nesse quesito, os laboratórios de processamento da folha de coca e de refinamento da pasta base são os que permitem maior agregamento de valor à droga. Na tabela abaixo, estão descritas as principais atividades de cada tipo de laboratório, assim como as possíveis extensões de sua estrutura:

Figura 3 - Tipos de infraestruturas para extração e refinamento de drogas por natureza e tamanho

Gráfica 19		Tipos de infraestructuras para extracción y refinamiento de drogas por naturaleza y tamaño.		Fuente: DIRAN - ODC
ACTIVIDAD				
Laboratorios de extracción	Son aquellos en los que la sustancia psicoactiva se obtiene mediante el procesamiento de la materia prima (materia vegetal), y empleo de solventes. El proceso físico que allí se desarrolla no altera no modifica la estructura química de la sustancia.			
Laboratorios de semi-síntesis	En ellos la sustancia psicoactiva se somete a procesos químicos luego de extraerla del material vegetal. Por ejemplo la cocaína clorhidrato a partir de cocaína base y heroína a partir de morfina.			
Laboratorios de síntesis	La materia prima natural o sintética pasa por procesos y procedimientos químicos complejos para la obtención de la sustancia o del principio activo, a partir de materia prima natural o sintética. Las reacciones modifican la estructura química de los compuestos; así a partir de la efedrina se obtiene metanfetamina y del ácido lisérgico, LSD.			
Laboratorios de dosificación	Son aquellos en donde la droga se obtiene por cualquiera de los métodos anteriormente descritos. En la etapa final, el producto se dosifica en diferentes presentaciones: papeletas, cigarrillos, tabletas, envases de vidrio, paquetes o panelas de diversos tamaños y empaques. La variedad en su presentación facilita su circulación y venta a los consumidores.			
TAMAÑO	Grandes: Infraestructura muy complejas con más de tres estructuras funcionales diferentes al procesamiento	Mediano: Cuenta con dos o tres infraestructuras para cada etapa del procesamiento.	Pequeño: Una o dos construcciones adecuadas para el procesamiento.	

Fonte: Observatório de Drogas da Colômbia (2017, p.93)

As políticas colombianas de combate à produção de cocaína através do desmantelamento de laboratórios seguem, portanto, como elemento central da tentativa de desarticulação da cadeia do tráfico da cocaína. Através da atuação conjunta da Polícia Nacional, através de sua Divisão Antinarcóticos, e das Forças Armadas, a quantidade de laboratórios desmantelados chegou, no ano de 2016, à cifra de 4.842 laboratórios, sendo 4.613 laboratórios de extração da pasta base e 229 laboratórios de refinamento de cloridrato de cocaína (UNODC, 2017). De acordo com o relatório,

[e]l 54% de los laboratorios desmantelados se ubicaron en los departamentos de Nariño (16%), Putumayo (14%), Norte de Santander (12%) y Caquetá (12%), continuando con la tendencia histórica de ubicación de laboratorios de producción primaria en zonas de cultivo y producción de hoja de coca. [...] En relación con los laboratorios de producción de clorhidrato de cocaína, la mayoría de los “cristalizaderos” desmantelados se ubicaron en departamentos fronterizos o con salida al mar, es el caso de Nariño (29%), Norte de Santander (16%), Cauca (11%) y Putumayo (10%), que concentraron el 67% de los cristalizaderos desmantelados (UNODC, 2017, p. 151).

Tal divisão territorial dos laboratórios se justifica pela redução de custos dentro da cadeia do tráfico. No caso dos laboratórios de processamento primário, a presença próxima às regiões de cultivo busca reduzir riscos de transporte da folha de coca. Já os “*cristalizaderos*” encontram-se em sua maioria localizados em regiões de fronteira para facilitar o tráfico internacional da droga. Como observado anteriormente, é comum, porém, que as regiões de ambos os tipos de laboratórios coincidam, dada a tendência de concentração das etapas de cultivo e de produção e comercialização nas mesmas zonas de controle das BACRIM.

Outra forma de atuação da Força Pública no combate à produção e à comercialização da cocaína é por meio de operações de apreensão, organizadas também de maneira conjunta entre a Direção Antinarcóticos da Polícia Nacional e as Forças Armadas. O foco dessas operações se encontra tanto no produto final da produção (cloridrato de cocaína), como em seus precursores (folha de coca e pasta base) e insumos (ácido hipoclorídrico e outros).

Analisando geograficamente, enquanto as apreensões de folha de coca e pasta base ocorrem majoritariamente em regiões com presença de cultivos e laboratórios, as apreensões do cloridrato de cocaína costumam ser maiores em locais próximos às zonas de saída da droga¹³ (UNODC, 2017). Por conta dessas dinâmicas territoriais, o governo colombiano ainda possui muitas dificuldades logísticas e orçamentárias para garantir a presença abrangente de sua Força Pública no país e uma maior fiscalização. Além disso, os grupos de narcotráfico têm acesso cada vez mais a novas tecnologias e estratégias para o transporte da droga, o que também dificulta os esforços de investigação e vigilância estatais (OBSERVATÓRIO DE DROGAS DA COLÔMBIA [ODC], 2017).

A apreensão dos insumos, por ser tarefa mais complexa do que as de derivados da coca, envolve também uma concertação de esforços no monitoramento das importações e destinos domésticos dessas substâncias. Essas atividades são encabeçadas pelo Ministério da Justiça e do Direito, que define uma série de normas e procedimentos de aduana e propõe diversas iniciativas de controle de informação das mercadorias¹⁴. A apreensão de insumos depende, portanto, da interconexão entre diferentes autoridades de controle portuário, aeroportuário e fronteiriço e entre elas e a Polícia e as Forças Armadas, que realizarão as operações de apreensão (ODC, 2017).

O ano de 2016 registrou um aumento de 48% no número de galões de insumos líquidos apreendidos, atingindo um total de mais de 4 milhões (UNODC, 2017). Entretanto, ainda há dificuldades de obtenção de dados sobre essas apreensões, principalmente com relação aos tipos de insumos da produção de cocaína mais apreendidos e também a distribuição dessas apreensões no território colombiano. Com essas informações, as políticas de controle de insumos podem direcionar suas estratégias a empresas que compram e vendem tais insumos, bem como ampliar a atuação da Força Pública nas áreas de maior registro de apreensão desses químicos.

¹³ O tráfico internacional na Colômbia pode ser feito tanto por terra, nos departamentos de fronteira com o Equador e Venezuela; quanto pelo mar, nos departamentos de Nariño e Cauca (Pacífico) e La Guajira (Caribe) (UNODC, 2017); e por vias aéreas, através dos grandes aeroportos.

¹⁴ *“En marzo de 2015 entró en funcionamiento el sistema de información para el control de sustancias y productos químicos -SICOQ- herramienta tecnológica desarrollada en alianza con la Policía Nacional, que fortalece el modelo de control mediante el conocimiento en tiempo real de las transacciones que conlleva el manejo de sustancias y productos químicos controlados, La reducción de los tiempos de expedición de autorizaciones y la interconexión de los diferentes entes y autoridades encargadas del control administrativo y operativo”* (ODC, 2017, p. 83)

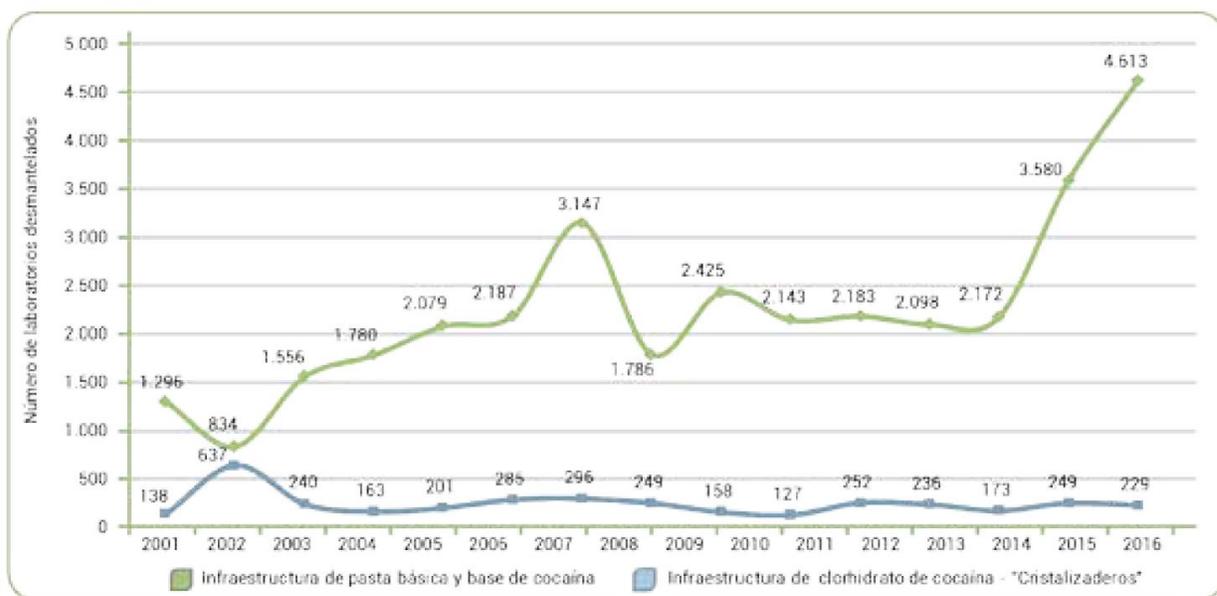
Conclui-se, dessa maneira, que as maiores dificuldades da implementação das políticas de controle de produção e comercialização delineadas no ponto 4.3 do Acordo de Paz recaem na grande extensão territorial dessas atividades ilícitas e na capacidade de rápida acomodação dos grupos da cadeia do tráfico de cocaína frente a cenários negativos. O Estado colombiano ainda sofre com a falta de coordenação e capacitação das agências envolvidas no delineamento de estratégias e na execução de planos de controle ao narcotráfico (ODC, 2017).

2.2.3. As dinâmicas do narcotráfico analisadas à luz das políticas de combate à produção e comercialização de cocaína

Como foi discutido na seção anterior, os desafios de implementação de políticas delineadas no ponto 4.3 do Acordo de Paz recaem em falhas estruturais do Estado colombiano, mas estão ligados principalmente às novas dinâmicas do narcotráfico no país. A presente seção busca investigar os detalhes dessa relação: como as políticas de combate à produção e comercialização de cocaína afetam a tendência de pulverização de atores e processos desse mercado ilícito?

Com relação ao desmantelamento de laboratórios, como se observa no gráfico abaixo, ao longo do Processo de Paz, a tendência é de aumento no número de laboratórios desmantelados. Num primeiro momento, o maior número de apreensões pode ser associado a uma melhora nas operações de contenção da produção de cocaína, por exemplo. Entretanto, é preciso analisar com certa cautela esses dados, já que o maior número de laboratórios desmantelados indica mais a tendência de pulverização dos laboratórios do que uma maior eficiência da Força Pública, sentida de forma gradual e mais a longo prazo.

Gráfico 5 - Infraestrutura para a produção de cocaína desmantelada (2001 – 2016)

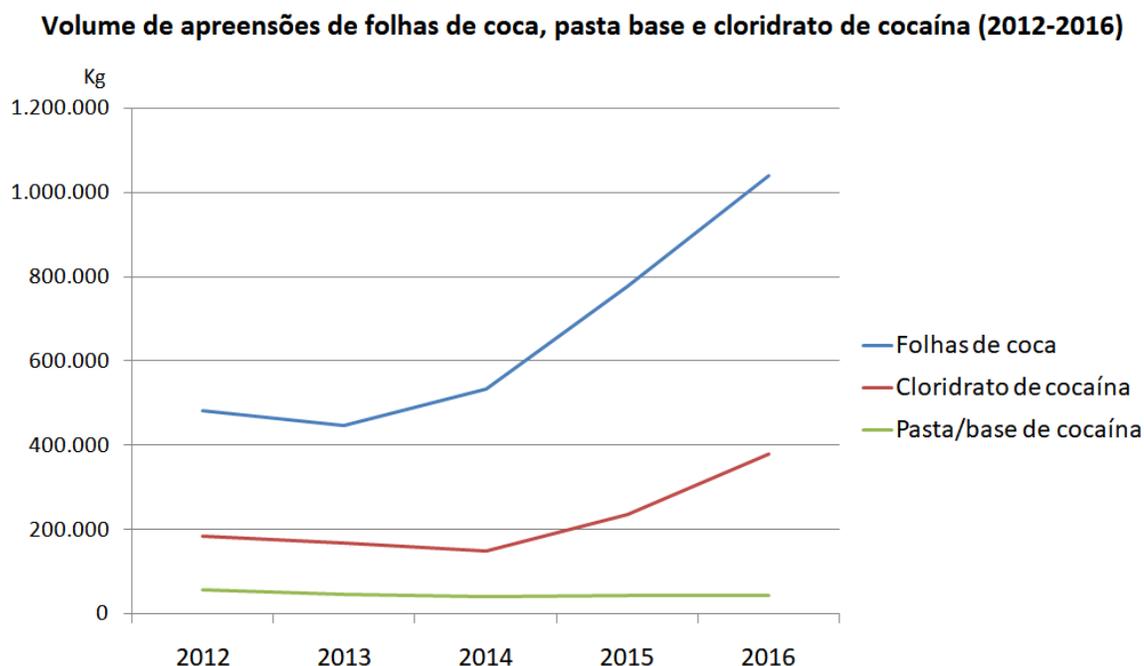


Fonte: UNODC (2017, p.151)

Além disso, para além do aumento e da atomização de laboratórios de processamento dos precursores da droga, atualmente surge a tendência à concentração dos processos em uma só estrutura móvel, capaz de ser rapidamente desmontada justamente na tentativa de burlar as ações repressivas estatais (ODC, 2017).

Nas políticas de apreensão, como se pode observar no gráfico abaixo, há um aumento no volume de apreensões da folha de coca e do cloridrato de cocaína ao longo do Processo de Paz, enquanto que as apreensões de pasta base decresceram no período. Similarmente ao desmantelamento de laboratórios, a atuação das agências e da Força Pública não deve ser considerada o aspecto causal chave. Uma possível explicação para a redução da apreensão da pasta base é o caráter intermediário que ela ocupa na cadeia produtiva da droga, menos interessante às operações. Já o aumento do volume de apreensões da folha de coca e da cocaína pode estar associado ao próprio aumento da oferta de precursores por conta do crescimento da extensão dos cultivos de coca desde 2014, analisado na seção 2.1.3.

Gráfico 6 - Volume de apreensões de folhas de coca, pasta base e cloridrato de cocaína (2012-2016)



Adaptação. Fonte: UNODC (2017, p.154)

Como dito na seção anterior, as apreensões de insumos, por conta da dificuldade de acesso a dados, não poderão ser analisadas aqui por não possuímos dados referentes a todo o período do Processo de Paz. De qualquer forma, a duplicação do número de apreensões identificada entre os anos de 2015 e 2016 permite inferir uma evolução das políticas de monitoramento do governo frente às novas dinâmicas do narcotráfico. Não há como, porém, identificar de que maneira essa evolução impactou o mercado da droga.

Á luz do exposto anteriormente, é possível concluir que as dinâmicas de produção e comercialização de cocaína na Colômbia respondem muito pouco às políticas estatais destinadas ao seu controle, ou seja, as políticas não interferem substancialmente na dinâmica do narcotráfico pela própria natureza adaptativa da rede do narcotráfico frente às investidas do estado colombiano.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS, CENÁRIOS E PERSPECTIVAS

A partir das análises anteriores, é possível inferir que as novas dinâmicas do narcotráfico na Colômbia respondem mais a mudanças nas estruturas do crime organizado, do que a políticas implementadas ao longo do marco do Processo de Paz. A parcela de contribuição do estado colombiano às dinâmicas de produção e comercialização da cocaína está mais ligada aos seus silêncios, à desatualização e ineficiência de algumas políticas, do que a processos de atuação direta do governo. É um impacto a ser observado em longo prazo.

Mesmo sendo mais efetivas as políticas antinarcóticos direcionadas a setores com maior valor agregado, há insistência no enfoque tradicional da política colombiana na questão de substituição de cultivos ilícitos, sendo que a questão da produção e comercialização da cocaína fica para segundo plano (WILCHES, 2015). A insistência pelo enfoque tradicional pode ser explicada, por um lado, pela maior facilidade de monitoramento dos cultivos do que do trânsito dos laboratórios, dos precursores e da droga pelo território. Por outro lado, existe também a sempre presente pressão dos Estados Unidos – em especial atenção agora com o governo Trump – para a redução da oferta da droga em sua etapa primária (UNIVERSIDAD EAFIT, 2016).

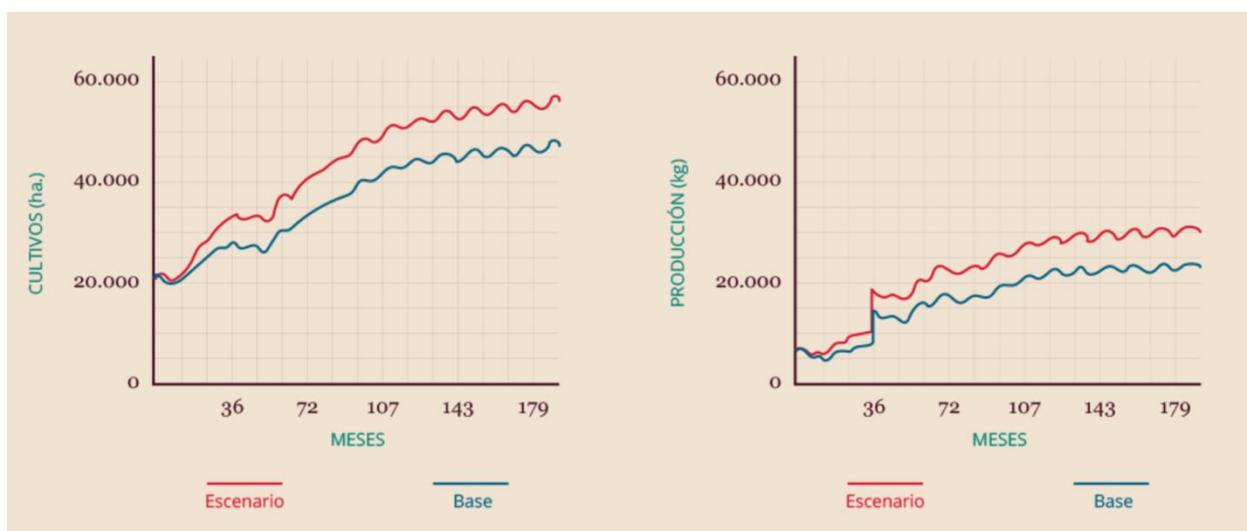
Percebe-se também que ao longo da era Santos houve uma limitada dessecuritização na abordagem das questões concernentes ao tráfico de drogas. Assim, o Processo de Paz não altera a natureza da política antidrogas, ainda repressiva. Ele somente altera as formas pelas quais essa política repressiva se dá: a continuidade da repressão vem junto à inclusão da ideia de enfoque integral. Porém, como afirma Buitrago (2011), as políticas de segurança voltadas ao combate ao narcotráfico, nesse momento de transição, deveriam também sofrer mudanças de uma ideia de “política de segurança ofensiva”, marcada pela ação militarizada, para uma “política de segurança preventiva”, voltada para uma segurança sustentável nas comunidades.

Quanto às perspectivas de implementação das políticas dispostas no Ponto 4 do Acordo de Paz, Wilches (EL TIEMPO, [s.d.]) traça alguns cenários, projetados para o ano de 2020, sobre as relações entre as futuras dinâmicas de cultivo de coca e de produção de cocaína na região Pacífico na Colômbia. Tendo como referência a série histórica de 2006 a 2011, os cenários futuros encontrados representam quatro possíveis interações entre cultivo e produção:

Assimétrico, Coordenado, Intensivo, e Uniforme. O objetivo de Wilches é avaliar, através dos cenários, como a implementação de políticas para além das políticas de erradicação de cultivos, como as de desenvolvimento alternativo dispostas no Acordo, podem influenciar a produção de cocaína. Mais ainda, ele procura também medir o impacto das organizações criminosas nesses novos cenários (EL TIEMPO, [s.d.]).

No cenário assimétrico, em que se mantém tudo o mais constante, diminuem em 20% a erradicação voluntária e aumentam em 20% a erradicação forçada, indicando uma continuidade da política de drogas em vigor atualmente, a tendência será de aumento da área de cultivos e da produção de cocaína.

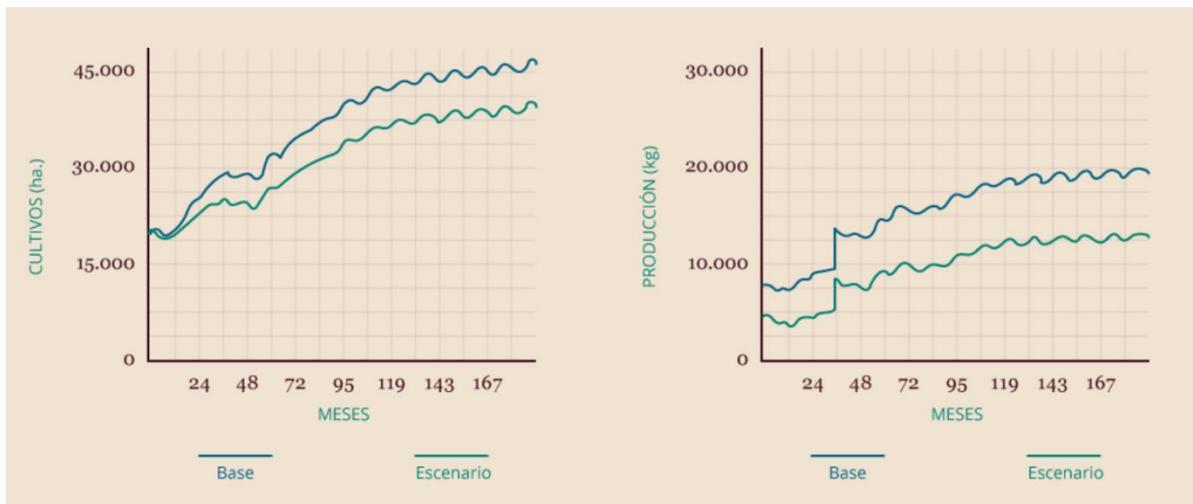
Gráficos 7 e 8 - O cultivo de coca e a produção de cocaína no cenário Assimétrico



Fonte: EL TIEMPO, ([s.d.])

No cenário coordenado, caso se intensifiquem os esforços de apreensão, haja controle de 25% dos insumos, aumento em 20% a erradicação voluntária, e diminua em 20% a erradicação forçada, o cenário é de redução das áreas cultivadas e da produção de cocaína. Aqui, o equilíbrio entre as abordagens repressiva e integral gera resultados positivos no combate ao narcotráfico.

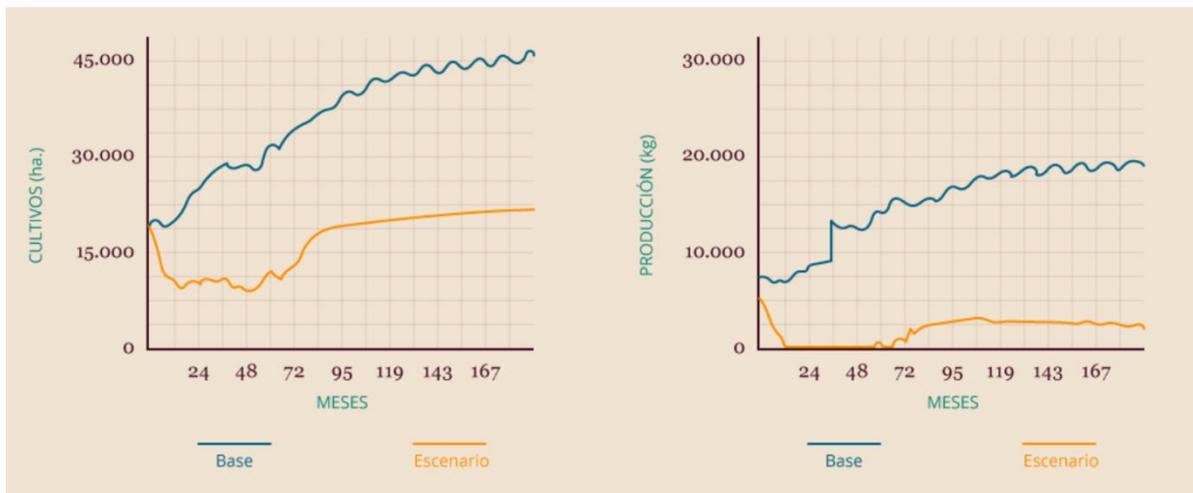
Gráficos 9 e 10 - O cultivo de coca e a produção de cocaína no cenário Coordenado



Fonte: EL TIEMPO, ([s.d.])

O terceiro cenário, intensivo, em que o governo colombiano redirecionaria muitos recursos às políticas de combate ao narcotráfico, com o aumento em 50% da erradicação voluntária, em 40% das apreensões, e em 20% da erradicação forçada e da aspersão, ocorre uma redução drástica e notória dos cultivos e da produção. Entretanto, os custos para tal empreendimento levariam os cofres colombianos à míngua.

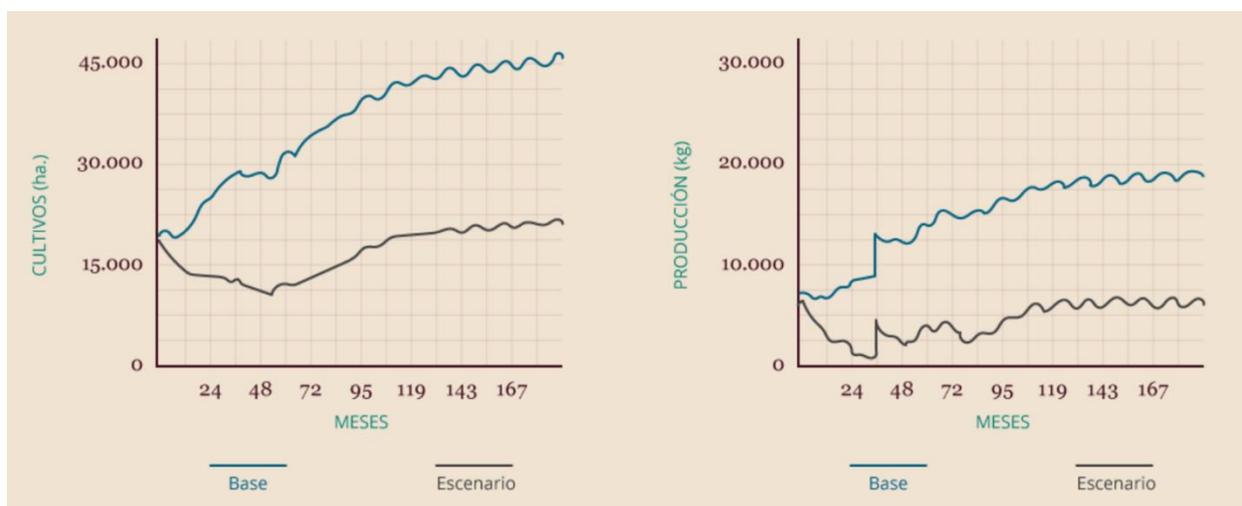
Gráficos 11 e 12 - O cultivo de coca e a produção de cocaína no cenário Intensivo



Fonte: EL TIEMPO, ([s.d.])

O último cenário, considerado o mais adequado, é o que consegue reunir de forma equilibrada diversas políticas direcionadas a diferentes setores da cadeia do narcotráfico. No cenário Uniforme, há aumento em 20% da erradicação voluntária, em 10% das apreensões, em 20% o controle de insumo, e a redução em 40% da erradicação forçada e da aspensão. Mantendo o mesmo orçamento atual, mas redistribuindo os recursos para essas mais diferentes políticas, há uma redução significativa e, mais importante, sustentada dos cultivos e da produção.

Gráficos 13 e 14 - O cultivo de coca e a produção de cocaína no cenário Uniforme



Fonte: EL TIEMPO, ([s.d.])

A análise dos cenários dispostos acima permite enxergar diferentes rumos plausíveis para a política colombiana. Tudo depende, porém, da vontade política das elites e das burocracias em fazer valer algum desses cenários, considerando seus custos e possíveis resultados. Num momento de abertura de novas negociações de paz, agora com o Exército de Libertação Nacional (ELN), surge a esperança de maior alcance da abordagem integral do Acordo com as FARC para os demais grupos envolvidos no conflito armado. Por outro lado, com o fim do mandato de Santos e a perspectiva de eleições em 2018, há riscos na apropriação do Processo de Paz e das políticas delineadas no Acordo para marketing eleitoral dos candidatos e o abuso de promessas que não serão cumpridas. O jogo político colombiano irá determinar a vontade política de levar até o fim a implementação do Acordo de Paz com as FARC e forjar novos canais de diálogo.

Caso queira mudança, a população colombiana terá de superar suas insatisfações e ódios velhos para poder, finalmente, habitar uma Colômbia em paz.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUERDO FINAL PARA LA TERMINACIÓN DEL CONFLICTO Y LA CONSTRUCCIÓN DE UNA PAZ ESTABLE Y DURADERA. Bogotá, Colômbia. 2016.

BEJARANO, N. et al. Las desigualdades de la resolución 970 del ICA. El Espectador. 2013. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/noticias/economia/desigualdades-de-resolucion-970-del-ica-articulo-455404>>. Acesso em: 26 de novembro de 2017.

BUITRAGO, F. L. Una visión de la seguridad en Colombia. Analisis Politico nº 73, pags. 3-33, Bogotá, 2011.

CHASKEL, S.; BUSTAMANTE, M.J. “Can Santos’ Colombia Turn the Page?”. Current History. 2012, pp. 67-74.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. Política Integral de Seguridad y Defensa para la Prosperidad. Bogotá, Colômbia. 2011.

DUNCAN, G. Una visión alternativa al conflicto colombiano. Razón Pública. 2009. Disponível em: <<http://www.razonpublica.org.co/?p=1692>>. Acesso em: 26 de novembro de 2017.

EL TIEMPO. Especial “La coca y la paz”. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/multimedia/especiales/la-coca-y-la-paz/16764687/1/index.html>>. Acesso em: 26 de novembro de 2017.

EL UNIVERSAL. Gobierno y Farc inician formalmente esfuerzo conjunto de sustitución de cultivos. 2017. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.co/colombia/gobierno-y-farc-inician-formalmente-esfuerzo-conjunto-de-sustitucion-de-cultiv-230059>>. Acesso em: 26 de novembro de 2017.

GARZÓN, J.C.; BERNAL, J.L. ¿En qué va la sustitución de cultivos ilícitos? Principales avances, desafíos y propuestas para hacerles frente. Fundación Ideas Para la Paz [FIP]. Informe trimestral. Bogotá, 2017.

GIRALDO, M.G. Del acuerdo de La Habana a la cruda realidad de Tumaco. El Tiempo. 2017. Disponible em: <<http://m.eltiempo.com/amp/politica/proceso-de-paz/analisis-de-muertes-en-tumaco-por-conflicto-cocalero-138872>>. Acceso em: 26 de novembro de 2017.

GRANADA, S.; RESTREPO, J.A.; VARGAS, A.R. El agotamiento de la política de seguridad: evolución y transformaciones recientes en el conflicto armado colombiano. Em: RESTREPO, J.A.; APONTE, D. (Eds.) Guerra y violencias en Colombia: herramientas e interpretaciones. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, pp. 27-124

GRANDA HENAO, S.D. Colômbia de Uribe a Santos: Reposicionamentos da Segurança na Política Externa Colombiana a Partir de 2010. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GÚZMAN, S.B. La internacionalización de la paz y de la guerra en Colombia durante los Gobiernos de Andrés Pastrana y Álvaro Uribe. Bogotá: Universidad de los Andes, Ediciones Uniandes, 2012.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP [ICG]. Colombia: ¿Por Fin la Paz?. Informe sobre América Latina N°45, 2012.

LA SILLA VACÍA. Implementación. [s.d.]. Disponible em: <<http://lasillavacia.com/implementacion>>. Acceso em: 26 de novembro de 2017.

MCDERMOTT, J. El rostro cambiante del crimen organizado colombiano. Perspectivas 9/2014. Bogotá: FES Seguridad, 2014.

OBSERVATÓRIO DE DROGAS DA COLÔMBIA [ODC]. Reporte de Drogas de Colombia 2016. Ministério da Justiça. Bogotá. 2016.

PRIETO, C. A. “Las BACRIM y el Crimen Organizado en Colombia”. Policy Paper 47. FES Seguridad, 2013. Disponible em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/la-seguridad/09714.pdf>>. Acceso em: 26 de novembro de 2017.

ROJAS, D. M. Estados Unidos y la guerra en Colombia. Em: Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales [IEPRI]. Nuestra guerra sin nombre: Transformaciones del conflicto

en Colombia. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006, pp. 22-40

TICKNER, A. “Intervención por invitación. Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales”. Colombia Internacional 65: 2007, Bogotá, pp. 90-111.

TORRIJOS, V. La Política de Seguridad en Colombia: ¿Ruptura o continuidad creativa?. Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad 6(1), 2011, pp. 113-125.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME [UNODC]. Colombia: Monitoreo de territorios afectados por cultivos ilícitos 2016. Bogotá. 2017.

UNIVERSIDAD EAFIT. La situación del narcotráfico en Colombia ad portas del posacuerdo. Cuadernos de trabajo en Gobierno y Ciencias Políticas, nº 3, 2016.

VIANA, M.T. A dimensão internacional do conflito armado colombiano: a internacionalização dos processos de paz segundo as agendas hemisférica e global. São Paulo: Hucitec, 2016.

_____. Minicurso: O processo de paz na Colômbia e a reorganização da violência. II Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz (EBEP). João Pessoa. 2017.

WILCHES, J. Colombia, entre la coca y el debate sobre una mejor política de drogas. Em: GUARNIZO, C.N. Seguridad Regional en América Latina y el Caribe - Anuario 2015. Fiedrich Ebert Stiftung, Programa de Cooperación en Seguridad Regional, 2015, pp. 111-122

_____. Con el glifosato a cuestras. La Silla Vacía. 2016. Disponível em: <<http://lasillavacia.com/blogs/con-el-glifosato-cuestras-55667>>. Acesso em: 26 de novembro de 2017.

WOODY, C. Pablo Escobar's death cleared the way for a much more sinister kind of criminal in Colombia. Business Insider, 2017. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/colombia-criminal-cartel-world-changes-after-pablo-escobar-was-killed-2017-2>>. Acesso em: 26 de novembro de 2017.